

# SPGL Congresso

5 e 6 de fevereiro de 2015  
fórum Lisboa

**ES**  
ESCOLA informação

N.º 266 nov./dez. 2014 . MENSAL . 0,50€

SPGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



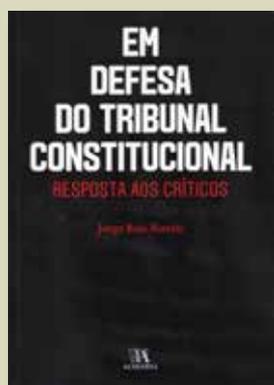
5

Design Gráfico - Paulo Machado (do Vitor Correia)

Propostas de Moção ao 5º Congresso do SPGL

Dossier

## LEITURAS



Novais, Jorge Reis  
**Em Defesa do Tribunal Constitucional**,  
Almedina, Coimbra, 2014

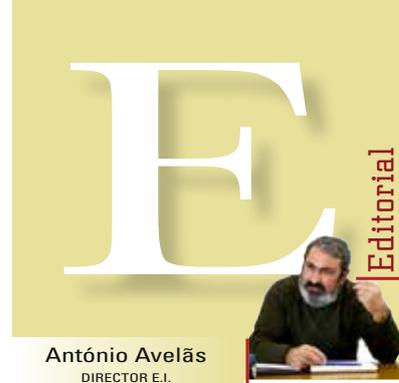
A formação do Estado de direito democrático baseia-se no princípio da separação de poderes e no reconhecimento de um conjunto de direito e garantias fundamentais que os governos instituídos não podem violar. A origem destes dois elementos remonta à Revolução Francesa de 1789 e, particularmente, à primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que é um dos seus legados mais universais. Posteriormente, já no século XX, foram acrescentados aos

direitos fundamentais da Declaração de 1789, centrados sobretudo nas liberdades individuais e na resistência à opressão, novos direitos de que se destacam o sufrágio universal e os direitos sociais. As Constituições, que surgem pela primeira vez com a Revolução norte-americana de 1776 e, posteriormente, durante as diversas etapas da Revolução Francesa, tornam-se os principais garantes das liberdades individuais e políticas, bem como, no caso de algumas, de que se destaca a portuguesa, dos direitos sociais que visam promover uma maior igualdade entre todos os cidadãos.

O constitucionalista Jorge Reis Novais parte destes pressupostos para uma defesa fundamentada da necessidade de uma Constituição num Estado de direito democrático. Para que serve, então, uma Constituição? Em primeiro lugar, para reduzir o risco da regra da maioria com o objetivo de limitar o poder dos governantes suportados por conjunturas maiorias absolutas no Parlamento e, conseqüentemente, garantir as liberdades e os direitos de todos os cidadãos. Em segundo lugar, a Constituição não é uma diretriz política, mas uma norma jurídica que vincula o próprio Estado. Em terceiro lugar, o modo de garantir a supremacia da Constituição sobre os poderes executivo e legislativo é a formação de um poder judicial independente, ou seja, de um Tribunal Constitucional (TC), no caso dos países europeus, ou de um Tribunal Supremo, no caso dos EUA. Outra questão é a desi-

-gnação dos juizes do TC. Se o poder de interpretar a Constituição em Portugal e na Europa fosse concedido a juizes de carreira do Supremo Tribunal, como defendem alguns críticos da Constituição portuguesa, o Parlamento "veria as suas leis revogadas por uma entidade sem qualquer legitimação de ordem democrática", já que "a secção ou sala do Supremo encarregada de fazer a fiscalização da constitucionalidade, dependendo da sorte, podia ser integralmente composta por magistrados afetos só a uma ou a outra corrente política ou ideológica, sem qualquer relação com o sentimento geral da comunidade" (p. 33). Para evitar este perigo que poria em causa a universalidade dos acórdãos do TC, os seus juizes estão submetidos à escolha democrática da Assembleia da República como magistrados politicamente designados e não apenas como juizes de carreira, como acontece nos outros tribunais. No caso português, estes são designados por uma maioria de 2/3 dos deputados em efetividade de funções, o que é uma garantia de que a sua escolha exprime o interesse geral da comunidade e a diversidade das posições políticas que nascem na sociedade civil. Mas isto significa que não existe contradição alguma entre o princípio da soberania popular e a atividade do TC, mas, pelo contrário, uma complementaridade e interdependência que garantem a preservação do Estado democrático de direito contra todas as tentações e tiques autoritários.

Joaquim Jorge Veiguiña



## O 5º Congresso: uma oportunidade a não perder.

Estamos a pouco mais de um mês do nosso 5º Congresso. É necessário que ele não se torne num ritual mais ou menos encenado. Os tempos muito difíceis que atravessamos não se compadecem com perdas de tempo e de oportunidades. O 5º Congresso tem de ser uma oportunidade bem aproveitada. Tem de ser um momento de pertinente reflexão sobre o estado da nossa Educação, sobre a dinâmica (ou sua ausência) das nossas escolas e sobre o estado da profissão docente. Mas será também um momento de responder à questão de saber como é que vão os sindicatos, particularmente como está e para onde quer ir o SPGL. É importante que o nosso 5º Congresso seja um sobressalto capaz de reagir à indiferente crise de confiança e de esperança que as políticas recentes têm vindo a provocar na sociedade. A Educação é demasiado importante para que a deixemos naufragar na voragem da destruição do Estado social que o neoliberalismo vigente assume como estratégia e vem impondo com uma prática consistente. O naufrágio da Educação significaria um grave recuo na luta por uma sociedade mais justa, mais culta e portanto mais livre que, tenho a certeza, é um ideal prosseguido pela maioria da classe docente.

Ser professor – nos tempos de hoje, mas talvez desde sempre – exige uma elevada responsabilidade deontológica e cívica. Os docentes são responsáveis pela construção de “espaços físicos e intelectuais” em que a igualdade se deve concretizar. Espaços de que sejam abolidos o racismo, as discriminações negativas fundadas no género, mas também as discriminações resultantes das classes sociais de que os alunos provêm. Espaços que sejam construtores do futuro e não há futuro digno sem a aposta na qualidade das aprendizagens, na busca da inovação, na abertura aos novos conhecimentos e às novas maneiras de pensar a realidade. Há alguns anos, a FENPROF lançou um slogan muito feliz: “Somos professores: damos rosto ao futuro”. Resta saber a que futuro queremos dar rosto. O nosso Congresso ajudar-nos-á a definir os objetivos e os caminhos. Cabe a cada docente a responsabilidade de nele intervir.

### Municipalizar a Educação

O secretismo com que o MEC lançou o processo de municipalização da Educação (mesmo que o entendamos como um mero processo de descentralização) ofende o direito de participação cidadã e profissional inerente à profissão docente e à democracia participativa. Pudemos constatar nas várias reuniões que fizemos nas escolas sobre este tema que a esmagadora maioria dos professores ignora que o seu município está num processo de negociação com o MEC sobre matérias que dizem respeito às escolas e portanto aos professores e educadores. Escondem-lhes que está em curso um processo que sob a capa diáfana do reforço da proximidade reduz de facto a autonomia das escolas e permite a interferência das câmaras municipais em áreas pedagógicas. E que promete às câmaras verbas adicionais se conseguirem reduzir – mesmo para lá do que o MEC define como adequado – o número de docentes. Não se trata de pôr em causa as vantagens de uma maior ligação entre as escolas e os poderes locais; não se trata de pôr em causa o direito e o dever que os poderes locais têm de acompanhar a atividade das escolas: trata-se tão simplesmente de garantir que as escolas sejam as responsáveis pelos seus projetos pedagógicos e não se sujeitem a caciquismos instituídos em nome da “política de proximidade e de descentralização”. Os professores não deixarão que os afastem de um debate tão importante. Até porque o conhecimento da história destas municipalizações, tentadas ou concretizadas, os põem de sobreaviso! ■



ficha técnica:

**Diretor:** António Avelãs . **Chefe de Redação:** Manuel Grilo . **Conselho de Redação:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Adriana Guerreiro, Carla Carvalho Isabel Pires . **Redação:** Lígia Calapez (Jornalista). **Fotojornalista:** Paulo Machado . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Paulo Machado **Composição:** Luísa Pereira . **Revisão:** Luísa Pereira . **Impressão:** CLIO BY RIP-ARTES GRÁFICAS, LDA. Rua do Rio, 28-Parque Industrial da Bajoca, Sacotes, 2725-524 Mem Martins. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



**2 Sugestões**

**3 Editorial**

**5 Dossier**

5º Congresso do SPGL

**19 Cidadania**

Orçamento de Estado – Nada de novo

**20 Escola/Professores**

20. Plenário alargado contra a municipalização da Educação

22. PACC

23. Compensar... compensa?

24. Concurso de Professores Conselho Geral do SPGL

25. Aposentados da Administração Pública reuniram com os Grupos Parlamentares da AR

26. Debate Medicalização na Educação Escola de Música do Conservatório Nacional

27. “Donos de Portugal”

**29 Aos Sócios**

**35 Consultório Jurídico**

Limite de Faltas por Doença

## Caridade, Solidariedade ou Injustiça?

Que me perdoem os cristãos. Respeito as suas crenças e comungo a maioria dos seus valores. Sei aliás que muitos deles concordarão com o que aqui deixo escrito. Mas devo dizer que me faz sofrer a imensa quantidade de pedidos de apoio às mais diversas causas que nestes dias invadem as nossas ruas, a televisão, os supermercados. Certamente que eles são todos necessários e mesmo insuficientes. E nem sequer estou a dizer que não colaboro. A questão é que cada vez mais substituímos o Estado social pela caridade. E uma caridade que serve para diminuir a justiça social, utilizada para libertar o Estado das suas funções, transforma-se num pecado mortal. Vejamos um exemplo vivido nestes últimos dias: não nos envergonha que seja possível (e necessário!) apelar à caridade para combater a pobreza infantil? Porque é de caridade que se trata e não de solidariedade. A solidariedade é um apoio mútuo entre iguais. E não há igualdade quando o outro é reduzido a uma situação de miséria.

Substituir a justiça social pela caridade é uma atitude profundamente reacionária. Anticristã. Um pecado que infelizmente se vai alargando um pouco por todo o mundo. ■

E apesar de tudo, boas festas!

Miguel André

**Colégio Arbitral  
não marcou serviços mínimos  
para a greve à PACC**

PÁGINA  
**22**



## ■ 5 e 6 de fevereiro: Um Congresso em que todos podem e devem participar

O SPGL vai realizar o seu 5º Congresso. É uma ocasião soberana para analisarmos o que temos feito enquanto sindicato e para traçarmos as linhas fundamentais da nossa intervenção nos próximos anos. Um congresso que deve mobilizar os professores, os educadores, os investigadores científicos.

Analisando o programa (divulgado no último Escola-Informação e sempre disponível na nossa página da internet) sobressai a tentativa de conciliar um intenso programa de conferências sobre questões pedagógicas essenciais – serão ao todo três as conferências – com a análise de questões mais estritamente sindicais e profissionais.

Todos podem participar no Congresso! Apelamos a que nos sejam enviados textos sobre quaisquer matérias importantes para a vida nas escolas e para a profissão docente. Não podendo ser todos tratados nos dois dias do Congresso, assumimos o compromisso de publicarmos os textos recebidos, de modo a que as reflexões e as opiniões expressas possam ser lidas por todos os docentes.

O Congresso realiza-se numa 5ª e numa 6ª feiras. Quisemos intencionalmente que ele se realizasse em “dias úteis” da semana. Os congressos sindicais são atos importantes para a democracia das instituições e da própria vida política. A sua realização deve ser devidamente protegida facilitando a participação dos interessados. A participação na vida sindical é um direito. Se o não usarmos (e entendemos que adiar o Congresso para o fim de semana era prescindirmos desse direito) perdê-lo-emos. Não nos foi concedida dispensa especial para a sua realização. Assim sendo:

- os delegados eleitos para o Congresso devem usar a legislação sindical – usando os dias legais de dispensa de serviço se forem delegados sindicais ou os dias para participação em atividade sindical nos outros casos.
- para tomar parte nas Conferências, os que não são delegados eleitos ao Congresso deverão recorrer ao direito a faltas possibilitado pelo ECD. Foi pedida a creditação das conferências para efeitos de avaliação de desempenho. O SPGL entregará aos participantes certificados de presença para efeito de justificação de faltas. É importante não ceder perante quem tenta tornar inviável o uso dos nossos direitos.

Consulte na página do SPGL na internet o modo de eleição dos delegados ao 5º congresso do SPGL



# MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL COM OS PROFESSORES AFIRMAR A EDUCAÇÃO E A CIÊNCIA, A PROFISSÃO DOCENTE E DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA. OS VALORES DO SINDICALISMO.

## INTRODUÇÃO

O 5º Congresso do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) decorre numa situação de profunda crise do país. Crise económica com a qual o poder justifica acentuados cortes salariais aos docentes e aos investigadores, “contribuições” extraordinárias sobre os aposentados e limitações graves aos direitos consignados nos Estatutos de Carreira Docente (ECD, para o pré escolar e ensino básico e secundário, e ECDU, ECPDESP e ECIC, no ensino superior), mas também os violentos cortes orçamentais nas verbas destinadas à Educação e à contratação de investigadores e de bolsistas de investigação. Crise de confiança no futuro do país que resulta essencialmente da ação de um governo orientado por fortes medidas de austeridade e por uma visão do mais radical neoliberalismo que tem vindo a empobrecer a maioria da população e a enriquecer uma minoria privilegiada. Um país que apresenta uma das maiores desigualdades sociais de entre os países da União Europeia. Um país em que as escolas, apesar da política de enfraquecimento do ensino público, se transformaram no último recurso de muitas crianças no acesso a uma refeição decente. Crise de confiança nas instituições políticas, apossadas por várias acusações de corrupção e outros crimes económicos de que alguns dos seus mais altos responsáveis têm vindo a ser acusados. Um país em que o desemprego continua in-

toleravelmente alto e em que boa parte dos desempregados não recebe qualquer apoio social.

Esta crise atinge duramente a escola, socialmente desvalorizada não só porque se vai vendo impossibilitada de cumprir a sua função com qualidade, mas também porque deixou de se constituir como o elevador social que cria condições de emprego e de uma vida digna para todos. É enorme a quantidade de portugueses escolarmente qualificados que se veem obrigados a emigrar. As escolas refletem naturalmente a enorme crise social em que o país mergulhou.

A crise manifesta-se também na degradação das condições de trabalho dos docentes e investigadores, num desemprego galopante e no aumento da precariedade.

O 5º Congresso decorre em ano de eleições legislativas, momento ideal para confrontar os partidos políticos com as suas propostas para o país, nomeadamente no que à Educação diz respeito.

A Moção de orientação de política sindical que a direção do SPGL apresenta aos professores e investigadores define, como linhas essenciais, a defesa da Escola Pública e da Ciência, e a defesa da profissão, visando ao mesmo tempo reforçar a intervenção do SPGL na sociedade e junto dos professores, investigadores e educadores.

## I - A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

1. Sem prejuízo do reconhecimento do direito à existência de esco-

las privadas ou cooperativas e da defesa intransigente dos direitos laborais dos docentes que nelas trabalham, o SPGL reafirma o primado de uma Escola Pública de Qualidade para Todos como pilar de uma sociedade orientada pelo objetivo de uma justiça social alcançada numa conceção ampla de igualdade dos cidadãos.

A concretização prática do princípio de uma Escola Pública assenta na existência de uma rede de estabelecimentos públicos, desde as redes de jardins de infância às universidades, capaz de responder à procura das crianças, jovens e adultos. Nesse sentido, o SPGL opõe-se à conceção que defende que serviços públicos – neste caso, o da Educação – possam ser concedidos a empresas não públicas – neste caso aos colégios com contratos, de diversos tipos, que acedem a financiamentos públicos. Defende ainda que a rede de estabelecimentos públicos deve tendencialmente cobrir todo o território nacional e que as situações ainda existentes de zonas onde a oferta pública é assegurada por instituições privadas, por inexistência de escolas públicas, devem ser revertidas. A existência de escolas privadas financiadas por dinheiros públicos em espaços geográficos cobertos pela rede pública deve ser ilegalizada, salvo se a sua manifesta necessidade, especificidade e interesse público forem inquestionáveis.

2. Uma Escola pública, porque é a que todos podem frequentar, terá

de possibilitar aprendizagens de qualidade e o desenvolvimento integral dos jovens que a frequentam com vista à construção de cidadãos empenhados no progresso e na justiça social das sociedades. Nesse sentido, o SPGL exige que se ponha termo à política de desinvestimento na Educação, traduzida nos imensos cortes impostos através dos orçamentos de Estado dos últimos anos. O princípio de que a Educação é um investimento chave para o desenvolvimento do país não pode ser um mero *slogan*. O SPGL entende que, no momento atual, mesmo em situação de crise económica, o investimento na Educação se deve situar claramente acima dos 5% do PIB, valor que de resto em outros momentos já atingiu. Este investimento tem de permitir o regular funcionamento das escolas, asfixiadas por políticas e práticas que reduzem drasticamente a sua capacidade de intervenção, particularmente as que se situam em zonas económica e socialmente mais deprimidas, e que tendem a ser penalizadas pela atual lógica de premiar a “eficiência”, assente em critérios que beneficiam escolas “sem problemas”.

A uma escola de qualidade exige-se que acompanhe o desenvolvimento tecnológico-científico, esteja aberta a novas correntes estéticas e de pensamento filosófico e ganhe uma dimensão universalista. Assim sendo, o SPGL defende o reforço do intercâmbio entre as escolas portuguesas e de outros países, nomeadamente no contexto europeu, devendo estes contactos serem considerados como inerentes à formação dos alunos em geral e portanto não dependentes de constrangimentos financeiros, de modo a garantir-se a igualdade de oportunidades.

3. Defender que a Escola Pública tem de ser inclusiva implica:

- um apoio efetivo e qualificado às crianças e jovens que apresentam dificuldades nas aprendizagens, momentâneas ou persistentes, ou que, por deficiências várias, exijam apoios específicos. O SPGL opõe-se à exclusão dos portadores de deficiências das escolas públicas,

sem prejuízo dos contributos que possam ser dados pelas chamadas “escolas de referência”. Opõe-se também à conceção atualmente prevalente que reduz a situações-limite o apoio às crianças e jovens com necessidades educativas especiais, medida traduzida na redução de docentes de educação especial atribuídos às escolas, na insuficiência de trabalhadores não docentes de apoio a estes casos, na limitação dos apoios aos que apresentam momentaneamente atrasos ou dificuldades nas aprendizagens e no desrespeito pela própria legislação que prevê a redução do número de alunos por turma quando esta integre alunos com necessidades educativas especiais. A mesma legislação que permanece omissa para os alunos do secundário, como se os mesmos desaparecessem do sistema.

- a existência de diferentes ofertas educativas que atendam a necessidades e possibilidades reais de cada estudante, sem prejuízo do princípio essencial: o da igualdade de oportunidades, ou seja, respeitando a equidade educativa. O SPGL sustenta que todos os processos de diferenciação negativa devem ser entendidos não como uma situação definitiva mas devendo conduzir o mais rapidamente possível à integração desses alunos nos currículos “normais”.

- o reconhecimento e aceitação da diferença como um fator de enriquecimento na formação dos jovens.

O SPGL é claramente contra a existência de exames nacionais nos 4º e 6º anos de escolaridade, entendidos essencialmente como fatores de exclusão precoce.

O SPGL é favorável à diferenciação de vias no ensino secundário mas opõe-se terminantemente a que essa diferenciação se faça prematuramente, durante o ensino básico. O SPGL aposta na valorização social das vias profissionalizantes, desde que entendidas como escolhas de igual valor e dignidade relativamente às chamadas vias “académicas”.

A ligação entre a Escola e o mundo do Trabalho – empresas e serviços – é um princípio defensável

e idealmente generalizável, mas não pode ser utilizado, como o governo atual pretende, como modelo de discriminação social nem como um meio de subordinar os superiores interesses da Educação aos interesses imediatistas das empresas e serviços de uma determinada área geográfica.

O acesso ao Ensino Superior, politécnico e universitário, tem de aumentar a sua democratização no acesso e na frequência, e deverá atender aos diferentes percursos dos alunos no ensino secundário, recusando critérios únicos que beneficiem um determinado percurso.

4. A Escola Pública tem de promover uma formação integral dos que a frequentam incorporando com igual dignidade e importância as dimensões científicas, artísticas e de formação cívica e social. O SPGL opõe-se à ideologia prevalente da maior importância de umas disciplinas (ou áreas) sobre outras, nomeadamente à supervalorização da matemática e do português em detrimento das restantes. O SPGL defende o retomar e o desenvolver de áreas de formação para um exercício pleno e consciente dos direitos e deveres de cidadania. A Escola Pública deve ser um veículo de difusão e consolidação dos valores democráticos inspirados na Revolução de 25 de Abril.

5. A Escola Pública deve alargar a sua intervenção junto dos que abandonaram precocemente a escola, nomeadamente valorizando as experiências profissionais entretanto adquiridas. Nesse sentido, o SPGL defende que se retome, com as modificações que se julguem necessárias, o projeto das “Novas Oportunidades” que o atual governo encerrou.

6. A Escola Pública deve promover o “ensino ao longo da vida”.

## II - A DEFESA DA PROFISSÃO DOCENTE

1. A qualidade da escola exige que os docentes se sintam motivados e que o seu trabalho seja socialmente reconhecido. Urge pois inverter a situação atual, caracterizada por um profundo desencanto dos do-

centes. A degradação do funcionamento e da qualidade da escola pública, inevitável face aos enormes cortes de financiamento, arrasta em simultâneo a degradação da imagem social da profissão.

A profissão docente é reconhecidamente desgastante. Exige um esforço constante de atualização científica, uma enorme disponibilidade psicológica para apoio aos alunos e tempo suficiente para uma adequada ação pedagógica. Nada disto é viável com a manutenção da situação atual de uma superocupação dos docentes nas escolas, de inopinadas substituições de colegas, de inúmeras e intermináveis reuniões.

2. A racionalização dos horários dos docentes é, para o SPGL, uma questão central na defesa da profissão docente. O SPGL defende que é imperioso que se respeite o estipulado com a divisão entre trabalho letivo e trabalho não letivo e entre o não letivo individual e o de estabelecimento. O SPGL rejeita que a componente não letiva de estabelecimento seja, como acontece, utilizada para trabalhos de natureza letiva, isto é, trabalho com alunos, medida ilógica de que o MEC se serve para reduzir o número de docentes. A racionalização dos horários e do trabalho docente exige ainda que seja limitado o número de alunos por turma e o de turmas e níveis diferentes atribuídos a cada professor. O SPGL defende a concretização dos períodos de licença sabática, previstos no ECD mas na prática raramente concedidos.

O SPGL considera urgente retomar a luta por uma aposentação que respeite a dureza e o desgaste da profissão docente.

3. A estabilidade dos docentes é condição favorável a um bom desempenho profissional e à qualidade da oferta das escolas. O modo mais eficaz de a garantir é uma correta dimensão dos quadros das escolas e o seu efetivo preenchimento através dos concursos nacionais. É necessário combater a precariedade dos docentes, traduzida em muitos anos de “contratação”. Assim sendo, o SPGL lutará para que os concur-

tos nacionais para preenchimento dos quadros das escolas retomem a periodicidade anual e que se aplique, de forma clara e transparente, a diretiva europeia sobre a limitação do recurso abusivo à figura de contratação. No ensino Superior, o SPGL lutará para que sejam abertos os concursos para o ingresso nas carreiras e para subida de categoria de modo a cumprir as metas estabelecidas nos estatutos das carreiras.

4. O SPGL lutará para que todo o tempo de serviço prestado seja contado para efeitos de progressão de carreira, recusando o roubo imposto pelos últimos governos. O SPGL exige o reposicionamento dos docentes nos escalões nos termos previstos no ECD. No Ensino superior, pugnará pela correta aplicação da legislação sobre as subidas de escalão relativas aos períodos anteriores a 2011 e pela valorização salarial da obtenção da agregação.

5. O SPGL continuará a exigir que o MEC, através dos centros de formação, garanta a oferta gratuita das ações de formação contínua, não só porque elas são legalmente exigidas nos momentos de avaliação de desempenho mas porque elas são necessárias para a melhoria do desempenho dos professores e educadores. A formação contínua gratuita constitui um direito dos docentes. O SPGL recusa-se a promover ações de formação contínua pagas pelos professores, por entender que isso seria desresponsabilizar o ministério a quem compete garantir a formação contínua adequada e gratuita. O SPGL continuará a bater-se para que os Centros de Formação dos Sindicatos sejam reconhecidos como entidades formadoras de pleno direito e como tal financiados, de modo a poderem oferecer formação gratuita de qualidade aos docentes.

6. No Ensino Superior, o SPGL batalhará para a criação de um programa nacional de apoio à obtenção do doutoramento especialmente destinado aos docentes contratados a prazo, que lhes permita condições para virem a aceder a um contrato por tempo indeterminado.

7. No que respeita ao ensino particular e cooperativo, o SPGL, no âmbito da FENPROF, não desistirá do direito à negociação coletiva e conseqüente celebração de um acordo com vista à aprovação de um contrato coletivo de trabalho, pela defesa dos direitos dos docentes deste setor de ensino.

Quanto à negociação coletiva com a U.M.P., devido à ação persistente do SPGL, esta tem evoluído favoravelmente, apontando-se brevemente para a celebração de um Acordo de Empresa, a que se seguirá um Acordo Coletivo, que garante a manutenção dos direitos dos docentes a exercerem funções em estabelecimentos pertencentes a Misericórdias.

O SPGL continuará a acompanhar e a denunciar junto das entidades competentes as irregularidades praticadas pelas direções de estabelecimentos de ensino particular, IPSS e misericórdias, decorrentes da aplicação das respetivas convenções coletivas de trabalho bem como do código de trabalho.

### III - RETOMAR A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA.

1. Não há qualquer evidência que permita defender que a imposição da figura do diretor às escolas/agrupamentos tenha contribuído minimamente para a sua melhoria, seja em que aspeto for. Pelo contrário: dados empíricos mostram que, de um modo geral, o modelo de gestão do “diretor” empobreceu a participação dos professores e educadores na vida das escolas, desvalorizou o papel dos conselhos pedagógicos e, em alguns casos originou formas autoritárias de gestão, fonte de conflitos e de mal-estar. O atual modelo de gestão das escolas/agrupamentos aparece como o culminar de um progressivo processo de destruição da vida democrática das escolas.

Só por ironia se pode falar de “autonomia” das escolas. De facto, através de plataformas informáticas, o MEC determina o comportamento dos diretores, tornados meros aplicadores das decisões do MEC.

2. O SPGL reconhece-se inteiramente nas propostas de gestão

democrática da FENPROF. Como medida imediata, o SPGL defende que seja permitida a cada escola/agrupamento a opção entre o modelo unipessoal do diretor e um modelo de gestão coletiva; considera ser necessário garantir a independência de ação dos conselhos pedagógicos, o que implica suprimir os condicionamentos impostos à eleição dos seus membros.

3. O SPGL opõe-se à ingerência dos municípios na gestão pedagógica das escolas, sem prejuízo da articulação necessária entre as duas instituições. A decisão sobre a eventual criação de áreas curriculares específicas que respondam a interesses municipais é da estrita competência dos órgãos pedagógicos das escolas, a quem compete o recrutamento dos docentes para essas áreas específicas se elas não puderem ser lecionadas por professores colocados nos concursos legalmente previstos. Reconhecendo e reafirmando que os municípios (e as juntas de freguesia) têm o direito e a obrigação de acompanhar o trabalho das escolas da sua área, o SPGL considera contudo que o processo chamado de municipalização, já em fase experimental, contém graves ameaças à autonomia pedagógica das escolas, incluindo a sua competência para a gestão dos recursos docentes. O SPGL mobilizará os docentes para a rejeição do modelo de municipalização em curso.

4. No ensino Superior, o SPGL continuará a lutar contra a transformação das atuais instituições em fundações públicas com regime de direito privado e pela criação de um regime que respeite efetivamente a autonomia constitucionalmente consagrada, bem como os direitos de participação dos docentes, investigadores, estudantes e não docentes na gestão democrática.

#### **IV - O SPGL NA FENPROF, NA CGTP-IN E NA FRENTE COMUM DOS SINDICATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A ATIVIDADE INTERNACIONAL**

1. A FENPROF tem constituído

um bom instrumento para a defesa dos direitos dos professores e educadores e da escola pública. O SPGL tem participado de forma empenhada na vida da FENPROF.

2. A dinâmica da FENPROF, contudo, não pode anular as dinâmicas próprias de cada sindicato, antes deve respeitá-las. O SPGL deverá ganhar um maior protagonismo e conseguir uma maior independência junto dos docentes da sua área.

3. Sem prejuízo da sua participação empenhada e ativa na vida e nas atividades da CGTP-IN, de que é filiado, o SPGL continuará a procurar alargar a unidade na ação dos trabalhadores através de iniciativas conjuntas com sindicatos da UGT ou não filiados nas centrais, sempre que tal sirva os interesses dos trabalhadores.

O SPGL continuará a defender junto da CGTP-IN a necessidade de uma maior convergência sindical com a CSI (Confederação Internacional de Sindicatos).

4. A Frente Comum é uma realidade institucionalizada, com poderes de negociação e intervenção reconhecidos. Sendo embora verdade que por erros crassos do seu funcionamento dela se afastaram vários sindicatos, o que a empobreceu, e reconhecendo que os professores não têm da Frente Comum uma imagem positiva, o que se traduz na fraca participação dos docentes nas suas iniciativas, o SPGL continuará a participar na Frente Comum por entender que de uma eventual saída resultariam mais inconvenientes que vantagens.

5. A atividade internacional do SPGL é residual, uma vez que esse é um campo de intervenção da FENPROF. O SPGL continuará a responder positivamente aos convites que recebe de colaboração com sindicatos de professores de outros países.

#### **V - DA VIDA INTERNA E ADMINISTRATIVA DO SPGL**

1. O SPGL pode afirmar sem qualquer dúvida ter uma vida interna exemplar no que respeita à democraticidade do seu funcio-

namento, traduzida no pleno respeito pelas diferentes correntes sindicais que se manifestam no seu seio, pela abertura ao pluralismo e por estatutos que facilitam e estimulam a participação nos atos eleitorais.

2. O SPGL reconhece a necessidade de alargar a rede de delegados sindicais e de relançar o funcionamento da Assembleia de delegados sindicais.

3. O SPGL reconhece a fraca participação nas Assembleias Gerais de Sócios, fenómeno comum a todo o movimento sindical, mas que retira inequivocamente força às suas decisões, que, de qualquer modo, devem ser assumidas.

4. O SPGL atravessa, como todos os outros sindicatos, momentos difíceis face aos ataques aos direitos laborais e sindicais levados a cabo pelo atual governo, pela diminuição da sindicalização, particularmente difícil entre os professores mais novos e agravada pela diminuição do número de docentes em exercício, fruto da política seguida pelo governo.

O SPGL considera prioritário o relançamento de campanhas de sindicalização, de modo a sindicalizar o elevado número de docentes que acompanham as suas posições e reconhecem o prestígio do SPGL nas escolas e na sociedade.

O SPGL continuará a desenvolver uma política de rigoroso controlo e de diminuição de despesas, salvaguardando o mais possível os direitos dos seus trabalhadores, mas com a consciência de que não é imune às dificuldades que os trabalhadores, nomeadamente os docentes, atravessam e que se manifestam nomeadamente em acentuadas quebras de receitas de quotização.

O SPGL continuará a orientar-se pelo princípio de que as dificuldades de gestão não podem por em causa o essencial do trabalho sindical junto dos professores e das escolas – uma matriz de que continua a orgulhar-se.

**A Direção do SPGL**



## PROPOSTA DE ORIENTAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL UM SINDICATO MAIS FORTE NAS ESCOLAS E COM OS PROFESSORES

Assumindo a necessidade e a urgência de dar conteúdo à Luta contra o ataque à Escola Pública, Democrática, Inclusiva e de Qualidade para Todos, que tem sido desenvolvido pelos sucessivos governos durante a última década, o 5º Congresso do SPGL afirma a necessidade absoluta de um sindicato presente nas escolas.

Só com uma presença regular do sindicato nas escolas, por ser esse o espaço onde os professores e educadores desenvolvem a sua actividade reivindicativa, é possível defender com firmeza e eficácia uma escola pública que esteja ao serviço do povo português e do desenvolvimento equilibrado e solidário do país.

Dessa forma, o 5º Congresso do SPGL define como linhas orientadoras da acção sindical no futuro imediato:

- . Promover a reanimação e a acção dos núcleos sindicais; a valorização do papel e a intervenção dos delegados sindicais enquanto elementos estruturantes da vida e presença do sindicato nas escolas;
- . Desenvolver uma acção sindical centrada nas escolas, reforçando a sindicalização, intensificando e melhorando a intervenção dos dirigentes e delegados sindicais e alargando de forma significativa a rede de delegados sindicais;
- . Reforçar a sindicalização e o combate à crescente dessindicalização, com particular atenção aos jovens professores, reafirmando que só a força organizada e consequente dos professores é o meio para desenvolver a luta em defesa dos seus direitos;
- . Dar visibilidade à defesa de uma Escola Pública Democrática, Inclusiva e de Qualidade para Todos, que promova a equidade e garanta igualdade de oportunidades

para todos os cidadãos, de acordo com os princípios consignados na Constituição da República Portuguesa e na actual Lei de Bases do Sistema Educativo;

- . Participar na denúncia e combate às tentativas de municipalização da Escola Pública que, tendo sido desenvolvidas pelos últimos governos, se têm intensificado com a acção governativa do actual MEC;
- . Reafirmar a importância da participação dos professores, recuperando os valores da gestão democrática da escola, e do primado do pedagógico sobre o administrativo;
- . Denunciar a intensificação do processo de privatização de crescentes sectores e actividades desenvolvidas no seio da Escola Pública, lutando contra a entrega a privados das cantinas e refeitórios escolares, das papelarias, da limpeza e de outros serviços que devem manter-se na esfera pública;
- . Intensificar o combate e denúncia da crescente degradação das condições de trabalho com que os professores estão confrontados nas escolas em consequência das políticas e decisões dos sucessivos governos;
- . Exigir um maior investimento público na educação, aproximando-o dos valores verificados nos países desenvolvidos e da média da EU;
- . Lutar pela dignificação da condição docente através da revalorização da carreira e da exigência de uma formação inicial de qualidade, complementada com uma formação contínua adequada às necessidades da escola e financiada pelo MEC;
- . Acompanhar e apoiar, atentamente, e com acções concretas os professores contratados, em início de carreira, em situação de precariedade ou de desemprego;
- . Denunciar o estrangulamento fi-

nanceiro do Ensino Superior, combatendo a destruição das carreiras, as não renovações de contratos, a precariedade e os despedimentos, defendendo a investigação e a ciência com meios e investimento, repudiando a desqualificação do Politécnico;

- . Proporcionar aos professores aposentados um conjunto de actividades que mantenham a sua mobilização para a luta em defesa da Escola Pública e dos seus direitos, assim como a ocupação activa dos seus tempos livres, dando continuidade à sua ligação ao sindicato;

- . Garantir uma efectiva participação dos sócios na vida e decisões do SPGL nomeadamente revalorizando a Assembleia Geral de Sócios e as Assembleias de Delegados Sindicais, realizando-as, sempre que possível, de modo descentralizado;

- . Reforçar a afirmação e o prestígio da FENPROF e da sua acção e iniciativa, participando de forma activa, empenhada e cooperante na definição da política sindical e educativa e nas acções a desenvolver pela federação;

- . Manter uma participação empenhada e activa na definição da política sindical e nas lutas do movimento sindical unitário, designadamente da FENPROF, Frente Comum e CGTP, numa lógica de unidade na acção e de respeito pela identidade de cada sindicato.

**O 5º Congresso do SPGL reafirma a luta por uma profissão valorizada, numa escola democrática e de qualidade**

**UM SINDICATO  
MAIS FORTE  
NAS ESCOLAS E COM  
OS PROFESSORES**

**1º Subscritor – Ágata Sofia Mateus Pereira – sócia nº 65144**



## MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO

### “LUTAR PARA VENCER” (AUTONOMIA SINDICAL)

#### 1. Introdução

O 5º Congresso do SPGL realiza-se num momento particularmente grave para Portugal, para a Escola Pública e para a classe profissional docente.

Situação caracterizada pela existência de um “Governo” que nada mais é do que um agente do capital financeiro nacional e internacional, tomando medidas que têm como objectivo a liquidação da Independência Nacional, e por um Ministério dito da “Educação e Ciência”, que tudo tem feito para liquidar a escola pública e para achincalhar a Profissão Docente.

A extrema gravidade desta situação, e o longo interregno (quase 13 anos!) decorrido desde a realização do IV Congresso, justificariam plenamente que, neste Congresso, os trabalhos decorressem, efectivamente, durante, pelo menos, os 2 dias que, nominalmente, mas não realmente, lhes estão atribuídos.

E que não se argumente com o óbvio interesse dos temas tratados nas Conferências que ocuparão todo o 1º dia do Congresso e metade do segundo. Conferências podem realizar-se a qualquer momento – Congressos do SPGL são oportunidades (raras) e indispensáveis de debate e reflexão sindical.

Esta é uma crítica à minimização desse debate – a qual não poderia deixar de ser feita.

#### 2. 2002-2014: balanço (breve) de 12 anos de lutas

O período decorrido desde o úl-

timo Congresso do SPGL foi fértil em acontecimentos marcantes para Portugal e para a classe docente.

Sendo, desde logo, de salientar a ofensiva desencadeada contra os Professores pelo Governo do Sr. Pinto de Sousa, através do ME, comandado pela Sra. Lurdes Rodrigues.

Ofensiva que, inicialmente, foi enfrentada com notória tibieza por parte das Direcções Sindicais do SPGL e da FENPROF, sendo que, só a partir de 2007, com a mudança ocorrida na cúpula da FENPROF, se operou uma mudança de atitude do aparelho sindical. Avançando-se, finalmente, para aquilo que os Professores há muito exigiam nas Escolas – uma actuação firme de oposição à política anti-docente e anti-educativa desencadeada pela Sra. Rodrigues.

Mudanças que foram, sem margem para dúvidas, impulsionadas pela indignação que crescia nas Escolas, perante a permanente ofensiva governamental contra a dignidade da classe docente.

E foi a conjugação entre este sentimento das bases e uma nova atitude das Direcções sindicais que conduziu às duas grandiosas manifestações de Março e de Novembro de 2008.

Manifestações que acabaram por forçar o Governo do Sr. Pinto de Sousa a proceder a uma mudança no ME, trocando a Sra. Rodrigues pela Sra. Alçada, cuja “abertura” rapidamente se revelou uma mera operação de cosmética.

Com a subida ao poder do Governo dos Srs. Coelho e Crato, sem-

pre, solicitamente, amparados pelo Sr. Cavaco Silva, a situação de Portugal, dos Professores e da Escola Pública não parou de se agravar.

À ampliação dos cortes salariais, iniciados pelo Governo anterior, sucederam-se os despedimentos de 30 000 professores contratados, a ameaça de despedimento para muitos professores efectivos, o encerramento de centenas de escolas, o aumento do número de alunos por turma, os mega-agrupamentos, os cortes sucessivos nos orçamentos da Educação (com o já aprovado, para 2015, mais de 2 000 milhões em 4 anos), o estrangulamento financeiro do ensino superior e da investigação científica, os generosos subsídios aos grupos privados. Por fim, a PACC.

Perante tudo isto, as direcções sindicais do SPGL e da FENPROF começaram por exigir a demissão do Governo, objectivo justo, mas que, pela sua notória dificuldade (maioria absoluta na AR e apoio desvelado do PR) foi, obviamente, encarado como irrealista pela generalidade dos Professores que exigiam, há muito, nas Escolas, medidas bem mais eficazes e mobilizadoras do que as “tradicionais” greves de um dia ou as, igualmente, “rituais” manifestações promovidas pela CGTP, estas sempre com uma reduzidíssima adesão de docentes.

E foi só a ofensiva do Governo dos Srs. Coelho e Crato, em Maio de 2013, ao pretender aumentar o nosso horário de trabalho para 40 horas semanais, com reflexo

directo na componente lectiva, e lançar para o desemprego mais uns milhares de professores, que levou as cúpulas sindicais a lançar mão daquilo que os Professores, há muito, nas escolas, exigiam – greve às avaliações.

Greve de grande dureza, na qual alguns dirigentes não acreditavam, mas que, ao fim de 3 semanas, trouxe a Vitória aos Professores – a primeira grande vitória, desde há muitos anos.

### 3. Problemas Centrais da Escola Pública e da Classe Docente

Feita uma breve análise dos antecedentes, é tempo de enumerar sinteticamente os problemas mais graves com que os Professores portugueses são confrontados no momento presente.

#### 3.1 Tentativa de municipalização e privatização da Escola Pública.

- Projecto de municipalização da gestão da Escola Pública, já em curso.
- Risco de privatização da posse de elevado número de escolas (todas as intervencionadas pela Parque Escolar) através de um eventual processo de privatização daquela empresa pública.

#### 3.2 Precariedade de emprego.

- Elevadíssima taxa de desemprego entre os professores contratados (30 000 despedimentos nos últimos 3 anos).
- Ameaça de despedimento para alguns milhares de docentes dos Quadros, através da chamada “mobilidade especial”.

#### 3.3 Condições de trabalho

- Elevado número de alunos por turma (mais de 30 em muitos casos).
- Tentativa de esvaziamento do ECD, através de:
  - Progressiva retirada de direitos consagrados no ECD.
  - Desmantelamento da estrutura da Carreira Docente, através da substituição dos escalões da mesma por “posições” numa TRU (Tabela Remuneratória Única) da Função Pública.
- Aumento do horário real de

trabalho:

- No ensino público – de modo encoberto, devido ao enorme aumento da burocracia e à classificação das aulas de apoio como “não lectivas”.
- No ensino particular – às claras, graças ao “acordo” de tração, assinado pela FNE com a AEEP (representante do patronato).

### 4. Situação do SPGL – Questões Preocupantes.

É óbvio que um Congresso do SPGL não poderá deixar de analisar a situação estrutural do nosso Sindicato, sendo que alguns aspectos desta são claramente preocupantes.

- Aumento das dessindicalizações, com acentuada diminuição do número de Associados, principalmente devido a:
  - Elevado número de aposentações.
  - Mudança de muitos sócios para outros sindicatos a fim de frequentarem os respectivos centros de formação.
- Défice financeiro muito preocupante – 3 factores principais:
  - A dessindicalização já referida.
  - O elevado número de sócios desempregados ou sub-empregados, com quotas reduzidas.
  - O elevado valor das quotizações para a CGTP (157 000 euros em 2013).
- Uma rede de Delegados Sindicais claramente insuficiente, sem apoio eficaz e com total ausência de acções de formação.
- Níveis baixíssimos de participação nas Assembleias Gerais de Sócios

### 5. Definir Grandes Linhas de Orientação Sindical.

#### 5.1 Defender a Escola Pública, reforçar a profissão docente.

- Combater e derrotar as tentativas de municipalização e /ou privatização da Escola Pública.
- Combater a precariedade docente.
  - Vinculação dos professores contratados, de acordo com a Lei Geral do Trabalho.
  - Revogação da “mobilidade

especial”.

- Melhorar as condições de trabalho:
  - Máximo de 20 alunos por turma.
  - Todo o trabalho directo com alunos deve integrar a componente lectiva.
- Melhorar as condições salariais:
  - Reposição **imediate** dos salários e pensões ao nível de 2010, sem quaisquer cortes.
  - Desbloqueamento da progressão nos escalões (a curto/ médio prazo)
- Defender o ECD:
  - Derrotar a TRU – manter a estrutura autónoma de Carreira e a tabela salarial própria.
  - Reposição dos direitos retirados.

#### 5.2 Reforço da Acção Sindical.

- Lançar campanha de sindicalização/ressindicalização.
- Reactivar o Centro de Formação do SPGL.
- Melhorar o funcionamento dos Serviços Jurídicos.
- Criar uma rede, **a sério**, de Delegados Sindicais.
  - Criar uma linha de apoio aos Delegados Sindicais.
  - Realizar acções de formação para os Delegados Sindicais.

#### 5.3 Equilíbrio financeiro do SPGL:

- Aproveitamento integral de **todos** os recursos materiais e humanos do SPGL. (Não pode passar, **em caso algum**, por despedimento de trabalhadores do Sindicato).
- Corte de todas as acções de “fachada” que envolvam custos para o SPGL.
- Aumento do número de sócios.
  - Angariar novos sócios.
  - Recuperar ex-sócios.
- Revisão **urgente** da contribuição financeira para a CGTP.
- Cobrança de quota sindical sobre subsídios de Natal e de Férias.

### 6. Objectivos Imediatos da Acção Sindical.

- Derrota da tentativa de municipalização do ensino.
- Vinculação dos professores contratados de acordo com a Lei Geral do Trabalho
- Revogação da “mobilidade es-

pecial”.

- Número máximo de 20 alunos por turma.
- Reposição dos salários e pensões ao nível de 2010 (sem quaisquer cortes).
- Dotação de verbas para o Ensino Superior que lhe permitam um funcionamento de acordo com as

necessidades nacionais.

### 7. Formas de Luta a Adotar.

Na sequência da análise efectuada, e sem exclusão de quaisquer outras, o 5º Congresso do SPGL considera fundamental a adopção de formas de luta que, para além

da sua eficácia, amplamente demonstrada em Junho de 2013, recolhem grande adesão entre os Professores – **Greve às Avaliações**, cuja concretização deve, desde já, começar a ser preparada.

Unidos e mobilizados, os Professores, mais uma vez, vencerão!

## O caminho é só um: Lutar para Vencer!

1º Subscritor – Carlos Vasconcellos – Sócio nº 21053



Foto: Jorge Caria



# O SPGL tem condições para polarizar uma orientação que leve ao fortalecimento da Ação Sindical

## Projeto de proposta de resolução político-sindical

### - Uma situação caracterizada pela intervenção exterior - A Troika

A Escola e os professores portugueses vivem tempos difíceis, submetidos que têm sido à pressão esmagadora de uma política de empobrecimento geral e de austeridade que, patrocinada pela Troika, foi aplicada pelo governo PSD/CDS de uma forma ainda mais extremada nos seus contornos negativos.

O desemprego atinge largos milhares de docentes, os professores defrontam-se com condições de trabalho degradadas e degradantes, tendo o seu poder de compra sido fortemente reduzido. A Escola apresenta cortes orçamentais grandemente limitativos do seu funcionamento, com absoluta prioridade dada ao administrativo/financeiro em relação ao pedagógico. A autonomia das escolas é uma ficção, submetida à inoperância e incapacidade do Ministério, que foi notória no processo de colocação de Professores e que, entre outras causas, não pode deixar de ser relacionado com a saída forçada de muitos funcionários da Administração Pública tecnicamente competentes e necessários, mas “descartáveis”.

Neste contexto, estando já aposentado, mas porque me continua a preocupar a situação profissional dos professores e a força

e capacidade de ação do nosso sindicato, e, a pretexto da preparação do 5º congresso do SPGL, convocado para 5 e 6 de fevereiro próximo, procurarei contribuir para o debate necessário com a apresentação de algumas propostas/hipóteses de trabalho, que a seguir apresento.

Considerando portanto:

### - A Ação desenvolvida nos últimos anos pelo Movimento Sindical Docente:

Neste quadro, a ação/resistência do movimento sindical docente foi notável nos anos mais recentes, com a organização e mobilização de formas de ação de grande significado e impacto e que obtiveram a participação esmagadora da classe, como se verificou nas grandes manifestações de há 4/5 anos e na greve em período de avaliações em junho/julho de 2013.

Contudo, tal combatividade não levou à obtenção de resultados concretos, significando um mero, embora importante, atraso na aplicação de uma política lesiva dos interesses e direitos dos professores e da Escola. A força, a implantação, a participação alargada dos professores e dos seus sindicatos, revelaram-se insuficientes para obter resultados concretos contra a inércia do aparelho de estado e o parcial domínio da opinião pública por

autoproclamados comentadores/representantes de uma “maioria silenciosa”, constituída na base do medo, da rotina, da incompetência e da mediocridade.

A situação vivida com o ministro Crato é, a esse nível, significativa deste estado de coisas: destruiu a Escola Pública, transformou o início do ano letivo num caos indescritível, perdeu-se na Assembleia da República com a interpretação linguística das suas próprias palavras (“manterem-se ou manter-se-ão”), cobriu-se de ridículo e foi objeto do anedotário público e... manteve-se como Ministro da Educação, suportado pelo Primeiro Ministro porque, alegadamente, “Se cai um ministro, caem todos”.

### - Uma reflexão necessária:

Do reconhecimento da insuficiência relativa da ação desenvolvida pelo movimento sindical docente resulta a necessidade de refletir com profundidade para construir coletivamente, com base numa análise realista da situação do ensino e do movimento sindical, uma orientação sindical que permita avançar na superação democrática do descalabro económico-social, cultural e político que impera na sociedade portuguesa e na concretização de uma ação sindical que, com base, e amplificando as forças atualmente existentes, permita alcan-

çar resultados.

#### - Superar os erros e insuficiências:

A reflexão a fazer deve tomar em consideração a situação do país, do ensino e do movimento sindical, com as suas debilidades e insuficiências, mas também com as virtudes e a força real que os professores sindicalmente organizados efetivamente têm.

De entre as debilidades que é urgente identificar e combater, destacamos as que se colocam ao nível das estruturas sindicais e da insuficiente capacidade de informação ao público e nomeadamente aos Pais, enquanto movimento organizado.

A nível das estruturas sindicais, é de notar a existência de **um número muito reduzido de delegados**, o que dificulta, ou mesmo inviabiliza, a participação plena dos professores na atividade sindical. Isto exige um grande esforço na respetiva eleição e na existência de medidas de apoio aos Delegados e aos Núcleos Sindicais, nomeadamente no âmbito da sua formação e da informação especificamente dirigida.

A reduzida participação dos professores no debate sobre questões sindicais, designadamente em Assembleias Gerais de Sócios - órgão máximo do Sindicato - é outro motivo de preocupação. Necessita por isso de soluções concretas, desde a realização de assembleias de forma descentralizada, podendo em momentos especiais assumir aspetos referendários, como sejam a realização de dias D de debate alargado, com votação generalizada nas Escolas, até ao recurso a modalidades muito especializadas de estudar e tomar decisões, por realização de inquéritos, formas de sensibilização dos interessados, designadamente tornando claro que eles têm uma palavra decisiva nas posições a tomar.

A existência de um número significativo de professores dominados por preconceitos e desconfianças em relação ao movimento sindical, que os leva à posição imediatista de rejeição das propostas

e intervenção sindicais, mesmo quando elas correspondem à defesa dos seus interesses, é outro fator que precisa de ser analisado e para ele encontradas respostas. Uma primeira resposta consistirá, desde logo, na abertura a compreender as razões críticas que estão por trás de tais preconceitos e, com essa compreensão escorada na também necessária firmeza em torno das nossas orientações de fundo, desenvolver uma ação que leve à sua superação.

O nosso objetivo deve ser o de produzir uma ação sindical em que a maioria dos professores se reconheça e apoie, que leve a um reforço do Movimento Sindical Docente e à melhoria da situação dos professores e da escola.

#### - O SPGL, uma estrutura influente e reconhecida, tem condições para polarizar o relacionamento e fortalecimento do Movimento Sindical Docente.

Resultado do trabalho que tem sido desenvolvido, nos últimos anos pelo SPGL, tem o nosso sindicato condições para vencer as dificuldades atuais e polarizar uma orientação que leve ao fortalecimento do Movimento Sindical Docente e lhe possibilite defender melhor os interesses e direitos dos professores e da escola portugueses.

Para isso, é essencial para o SPGL **ser e ter** uma força real, com uma implantação transversal à sociedade e com um papel nela interveniente e **influyente**, visando impor na sociedade civil a importância das questões educativas e da ação dos professores. Nesse combate, é essencial a **abertura a novas soluções e a novos interlocutores** e a preocupação com a eficácia, a representatividade e a democraticidade das orientações adotadas e com a construção de uma cada vez melhor relação de forças com o Ministério da Educação e entidades patronais.

Esta intervenção na nossa sociedade deverá ser desenvolvida com eficácia e criatividade, fazendo do movimento sindical docente uma referência obrigatória no que à Educação diz respeito.

O esforço a desenvolver para atingir os objetivos assinalados e ultrapassar e resolver as dificuldades citadas, tem como base necessária um **conjunto de condições**, a ver:

1 - Uma rigorosa **prática democrática** no funcionamento do SPGL e nas suas tomadas de posição.

2 - **A independência** da sua vida democrática em relação a todas as formas de **manipulação político-partidária** independência que deve ser uma bandeira identificadora do Sindicato, elemento essencial da sua imagem pública.

3 - **O desenvolvimento do debate** em todas as estruturas sindicais, corrigindo situações em que ele, incompreensivelmente, não é levado à prática, como por vezes acontece, nomeadamente no Conselho Geral do SPGL, desperdiçando as potencialidades que este tem para tal debate.

4 - **Uma forte ligação às Escolas e aos Professores e Educadores**, estabelecida em moldes realistas em relação às novas formas de organização escolar de carreira profissional e de funcionamento da Escola, tomando nomeadamente em consideração a existência de Agrupamentos de Escolas. A organização em Agrupamentos de Escolas poderá implicar uma nova caracterização da ação e competências dos delegados sindicais, pois, considerando a Escola como célula base, daí decorre a sua eleição ao nível de cada Escola/Jardim de Infância, constituindo-se um conjunto de delegados, eleitos no mesmo agrupamento, ou seja, uma verdadeira "comissão intersindical", responsável pela dinamização e direção da vida sindical no agrupamento, competindo à Direção do Sindicato uma função de coordenação global, no respeito pela autoridade própria dos delegados sindicais.

5 - **Uma estrutura sindical, forte, operacional e prestigiada,**

que seja um importante suporte para a atividade a desenvolver. Especial cuidado se deve continuar a ter com a solidez financeira do nosso sindicato, visto que a redução recente do nº de professores e de sindicalizados levou a uma porventura inesperada necessidade de uma decidida ação de saneamento financeiro, eliminando gastos, sem pôr em causa o trabalho sindical.

**6 - O reforço da rede de Comissões Sindicais** e do correspondente número de Delegados Sindicais, dando-lhes maior capacidade de intervenção, num contexto global de desenvolvimento da ação sindical, em que ser delegado se torne gratificante e mobilizador.

Para tal deverão desenvolver-se em paralelo duas ações de sensibilização, destinadas - uma à generalidade dos Professores, ganhando-os para a necessidade e importância de serem delegados sindicais; e uma segunda, especificamente dirigida aos membros dos Órgãos de Direção das Escolas, ganhando-os para o papel do Delegado Sindical e para a necessidade de este ser respeitado no exercício das suas funções.

Esta ação junto dos Órgãos de Direção das Escolas deve articular-se numa ação de fundo, ultrapassando a incapacidade que o Sindicato tem demonstrado, no que respeita a esse relacionamento com as Direções das Escolas.

**7 - Uma relação com o restante movimento sindical**, feita na base da solidariedade, do respeito mútuo e da autonomia de cada sindicato, em que a ação comum deve ser desenvolvida de forma a contribuir para o reforço de cada organização e do seu conjunto, aproveitando as características específicas de cada setor para a otimizar. A mera adição da ação sindical, desenvolvida por sindicatos de setores e regiões diferentes, não significa por si só o reforço da ação conjunta, podendo levar organizações sindicais a empenhar-se em ações desadequadas às suas características

específicas.

Estes princípios deverão aplicar-se ao relacionamento e procura da unidade na ação com outros sindicatos, com a necessária maleabilidade e clareza de prioridades, conforme se trate de sindicatos integrantes da FENPROF, da Frente Comum da Administração Pública, ou da CGTP-IN.

É igualmente importante procurar formas de diálogo com outras organizações sindicais mais afastadas do sindicalismo reivindicativo, que é uma das nossas marcas identitárias, desde que tal seja feito no respeito pela vontade e pelas reivindicações dos trabalhadores.

**8 -** Um qualquer processo sindical que decorra numa escola ou agrupamento deve ser conduzido pelo conjunto dos professores que integram o núcleo sindical respetivo e dirigido pela sua comissão sindical, suportada pela Direção e pelos meios do Sindicato, nomeadamente sob os pontos de vista jurídico e de informação para o exterior.

O debate a travar, as decisões a tomar, a ação a desenvolver devem ter como intervenientes prioritários os diretamente interessados. A manifesta impossibilidade de uma Direção Sindical integrar representantes das muitas correntes de opinião e da grande diversidade de situações profissionais existentes na classe abre caminho a que a direção dos processos reivindicativos e negociais deixe de ser monopólio das direções sindicais, de modo a permitir a eleição de representantes dos professores em causa, para a respetiva Comissão Coordenadora ou Negociadora. Esta possibilidade deverá ser plenamente assumida, sendo inclusive regulamentada estatutariamente.

Em conclusão, direi que considero fundamental, para a mobilização de professores e para a possibilidade de correção e eficácia da ação sindical, que os diretamente interessados na resolução de um problema, na satisfação de uma reivindicação, na condução de

um processo de luta, sejam determinantes na definição e concretização da orientação a adotar.

**1º Subscritor - Óscar Soares -**  
Sócio nº 11470



## Todos Somos Chamados a Intervir para Salvar a Escola Pública e a sua Qualidade

Com a revolução de Abril de 1974, os professores e educadores lançaram-se corajosamente na construção de uma Escola Pública que garantisse a todos o acesso a um ensino livre e de qualidade que possibilitasse recuperar o país do enorme atraso educativo a que o regime fascista condenara a esmagadora maioria da população.

Os professores de então, juntamente com os alunos e os funcionários administrativos e auxiliares, começaram a construir e a implantar a gestão democrática das escolas, ao mesmo tempo que se mobilizaram para construir uma profissão, com direitos e deveres – em larga medida consagrados no ECD – no mesmo processo em que criaram as suas organizações sindicais.

Deste modo, os professores deram continuidade a uma das melhores heranças dos educadores da Primeira República – procurando concretizar o ideal da Escola democrática para todos os cidadãos de Portugal. Um legado que receberam das mãos de resistentes antifascistas, preservado através de uma luta tenaz – marcada pela perseguição, o exílio, a cadeia e até a morte de tantos que não deverão ser esquecidos na formação das gerações atuais. Nesta luta por uma Escola Pública de Qualidade para Todos, como em todos os processos sociais, há momentos de avanço e momentos de retrocesso. Hoje, os professores – quer os mais antigos e protagonistas do processo lançado em 1974 quer os

que mais recentemente chegaram à profissão – vivem um período em que todo o edifício da Escola Pública com estes alicerces está ser a desfigurado e desmantelado, em consequência das políticas aplicadas por um Governo subserviente aos ditames da Troika e de acordo com o seu programa de elitização e privatização do sistema de Ensino.

Para poder pôr em prática este programa, o Governo é mestre na estratégia – por todos conhecida – de evocar as deficiências do Sistema, de falar no combate ao insucesso escolar, na falta de formação de docentes, problemas que, não podendo ser ignorados, têm servido, mediante deturpações e mentiras, para justificar a “mão pesada” sobre os professores e educadores, para lhes destruir o estatuto da sua carreira, para os amachucar, dividir e humilhar. Uma estratégia que tem levado a uma tal frustração e desencanto que há milhares a desistir de exercer a profissão que escolheram.

Pelo que, ao vermos os senhores do Poder e os seus apoiantes evocar as fragilidades do Sistema de Ensino e os insucessos da Escola, com o fito de deitar por terra o que tão dificilmente foi construído, e as consequências que essa destruição irá provocar na sociedade portuguesa, não podemos ficar calados.

Desde logo, consideramos que é necessário partir dos resultados eloquentes obtidos na Escola erigida após o 25 de Abril. Várias são as instituições interna-

cionais que os têm avaliado de forma bastante positiva. O nosso país, em matéria de Educação, tal como na Saúde, é mesmo considerado como um caso de estudo, por tudo o que foi conseguido em quarenta anos de democracia.

Salientemos a grande percentagem de portugueses que adquiriram uma formação académica superior, com a Escola alicerçada nos ideais do 25 de Abril, ou o grande número de cientistas nacionais que hoje trabalha em parceria com investigadores de todo o mundo. Notemos, ainda, a quantidade de artigos publicada em revistas científicas internacionais por jovens portugueses (tão maltratados pelo Governo), ou como os professores e educadores do nosso país ocupam os primeiros lugares na avaliação internacional, em matéria de relação pedagógica com os seus alunos.

Só quem não compreende como é precioso o tesouro conseguido na educação, e noutros domínios sociais, se pode dar ao luxo de o deitar a perder, tratando alunos, investigadores, docentes e outros técnicos envolvidos no processo educativo como se fossem meros números, submetidos às exigências da redução de um défice e de uma dívida, cuja responsabilidade não pode ser imputada aos trabalhadores portugueses.

Nestas circunstâncias, o processo que o governo impôs para a colocação dos docentes nas escolas, a forma ofensiva como estes foram e estão a ser tratados e as suas consequências desastrosas na formação dos alunos devem consti-

tuir um sinal de alarme mais que suficiente para um tocar a rebate sobre o que está a passar-se na Escola Pública portuguesa. Um golpe desta gravidade tem sido aproveitado pelos responsáveis políticos para fragmentar o concurso nacional, amplificando e procurando banalizar as “contratações por escola” em nome de uma pretensa “autonomia” dos estabelecimentos de ensino, levando a água ao moinho dos que estão interessados na municipalização e privatização e, em última análise, na destruição da função

educativa do Estado.

É perante esta complexa situação que somos levados a propor ao Congresso do SPGL – a realizar nos dias 5 e 6 de Fevereiro de 2015 – que aprove a realização de uma iniciativa que possa contribuir eficazmente para pôr termo ao processo de demolição sistemática da Escola. Para tal, ela deve ser capaz de envolver e mobilizar para este combate docentes, alunos e pais, a par de representantes de outras organizações empenhadas na travagem da destruição do Sistema de Ensino

e na sua reedificação, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Ela receberá, certamente, o apoio de todos quantos querem garantir a Escola como um espaço de formação, de liberdade e de humanismo, a Escola para qualificar e formar cidadãos livres, críticos e intervenientes na vida do nosso país.

#### O primeiro subscritor:

**Carmelinda Pereira** – Professora bibliotecária, aposentada; Sócia N.º 36425



## Programa do 5º Congresso do SPGL

### 5 de fevereiro de 2015

#### Manhã

**09.00/09.30h** – Receção aos delegados

**10.00/10.15h** – Abertura

**10.15/10.45h** – Conferência: A igualdade de oportunidades reforça a democracia

**António Sampaio da Nóvoa**

**10.45/11.00h** – Pausa

**11.00/13.00h** – Debate

#### Tarde

**15.00/16.00h** – Conferências: Que fazer com a escolaridade obrigatória até aos 18 anos?

**Carlinda Leite**

Comunicação de **Sara Tomlinson**, Lambeth NUT, National Union of Teachers, United Kingdom

**16.00/16.30h** – Debate

**16.30/16.45h** – Pausa

**16.45/17.45h** – Continuação do Debate

**17.45h** – Apresentação, discussão e votação das moções de orientação.

### 6 de fevereiro de 2015

#### Manhã

**09.30/09.45h** – Abertura

**09.45/10.45h** – Conferências: Autonomia e conteúdo funcional da docência

**Manuela Esteves**

**10.45h** - Hora limite para apresentação de propostas de alteração à Moção aprovada.

**10.45/11.00h** – Pausa

**11.00/13.00h** – Debate

#### Tarde

**15.00h** – Conferência: Que novos rumos para o sindicalismo docente?

**Alan Stoleroff**

**15.30/17.00h** - Apresentação e debate de propostas de alteração à Moção aprovada.

**17.00/17.15h** – Pausa

**17.15/18.15h** – Continuação do debate e votações.

**18.15/18.30h** – Encerramento.

# Orçamento de Estado

## Nada de novo

Joaquim Jorge Veiguinha

O orçamento de Estado para 2015 surpreende por continuar a insistir num modelo económico insustentável e por algumas previsões e estimativas manifestamente irrealistas. Apesar de se prever uma taxa de crescimento da área do euro de 1,3% em 2015, muito inferior à da economia mundial (3,8%) e dos EUA (3,1%), o Governo estima uma taxa de crescimento das exportações de bens e serviços de 4,7%, quando é precisamente esta área o principal destino daquelas. Apesar de estimar uma retoma do consumo privado, que passa de valores negativos em 2013 para uma estimativa de 1,8% em 2015, dados recentes confirmam que este valor regista uma forte componente de importações, particularmente de material de transporte – +23,2% segundo as previsões de Outono do INE –, enquanto a importação de bens de equipamento e fornecimentos industriais cresce apenas 12,1%, o que significa que não existe verdadeiramente uma estratégia de substituição de importações que teria necessariamente que passar por um reforço significativo do investimento que, apesar de um aumento previsto de 2% para 2015, provavelmente suportado pelas transferências de capital da União Europeia em ano de eleições, é manifestamente insuficiente para inverter a tendência crescente para a desindustrialização do país. Prova disso, é que são os serviços de baixo valor acrescentado o motor das exportações: entre janeiro e junho de 2014, o setor do turismo constituiu 41,9% do valor exportado, muito à frente do setor de máquinas e aparelhos e material de transporte, responsáveis por 14,7% e 12,9%, respetivamente. Além do mais, a composição tecnológica das exportações portuguesas é predominantemente de qualidade média-baixa – 63% em 2014 contra 62% em 2013 –, enquanto as de alta tecnologia registaram uma quebra acumulada de 7,4% em 2012-13<sup>1</sup>. A

capacidade líquida de financiamento face ao exterior, prevista em 2015, é de 1,2% do PIB, mas é em grande parte resultante do afluxo das transferências comunitárias de capital (1,4%), já que, apesar do grande aumento das exportações do setor do turismo, estima-se um saldo negativo de 0,2% do PIB da balança corrente para 2015. Se é verdade que o Governo não aposta num modelo centrado na substituição de importações e no aumento da composição tecnológica das exportações, também é verdade que não está interessado em construir uma “economia de conhecimento” baseada na formação e qualificação da força de trabalho. Assim, a sua estratégia de consolidação orçamental prevê um corte de 11,3%, que corresponde a 704,4 milhões de euros, na educação pública. Para obter um défice de 2,7% do PIB em 2015, o Executivo pretende continuar com a sua política de cortes salariais na função pública – redução remuneratória entre 3,5% e 10% sobre as remunerações mensais superiores a 1500 euros, com uma reposição anual de 20%, para substituir as que foram chumbadas pelo Tribunal Constitucional. A isto se acrescenta a continuação da política de redução de efetivos da função pública, de que se destacam as rescisões por mútuo acordo (65 milhões), o programa de requalificação (58 milhões) e uma misteriosa rubrica não especificada de ‘outras medidas’ (198 milhões). No plano da Segurança Social, os subsídios e as verbas para a ação social registam, relativamente a 2014, uma redução de 1048,9 milhões de euros (488,3 milhões para os primeiros e 560,6 milhões para os segundos). Com o objetivo de ‘poupar’ 100 milhões de euros é imposto um teto para as prestações sociais não contributivas com o argumento peregrino de garantir que os “beneficiários das prestações sociais não recebem mais do Estado do que se auferissem rendimentos de trabalho” e de “oferecer um incentivo à valorização do trabalho e um estímulo à mobilidade

social”<sup>2</sup> num contexto em que, segundo estudos recentes, os salários que mais se difundiram foram os de 300 euros e em que se multiplicam cada vez mais casos de pobreza extrema. No plano fiscal, para além de manter sem alterações a sobrecarga fiscal sobre os rendimentos baixos e médios em sede de IRS, o Governo PSD/PP aumenta alguns impostos indiretos (taxa adicional sobre veículos a gasóleo matriculados antes de junho de 2007 e as taxas sobre a cerveja, bebidas espirituosas e tabaco), mantém a sobretaxa sobre os rendimentos do trabalho, mas reduz o IRC de 23% para 21%, medida que, tendo em conta a sua regressividade e o elevado endividamento das pequenas e médias empresas, vai beneficiar exclusivamente as grandes empresas.

Em suma, eis um orçamento de Estado que, para além de continuar a basear-se num modelo económico sem futuro centrado no turismo e, por decorrência, no imobiliário, não põe em causa, mas antes reforça uma iniquidade social que não tem parado de aumentar: redução de 2,8% e 6,7%, respetivamente, do RSI e do CSI, o que equivale conjuntamente, em termos absolutos, a 23,6 milhões de euros, bem como diminuição de 243 milhões dos subsídios de desemprego e apoio ao emprego, quando 45% da força de trabalho desempregada continua a não desfrutar de qualquer tipo de proteção<sup>3</sup>. O problema não é, como diz a ministra das Finanças, existirem “poucos ricos” em Portugal, mas sim muitos pobres cada vez mais pobres. ■

Notas:

1 - Fonte: “Dinheiro Vivo”, *DN*, 27.09.2014, p. 10.

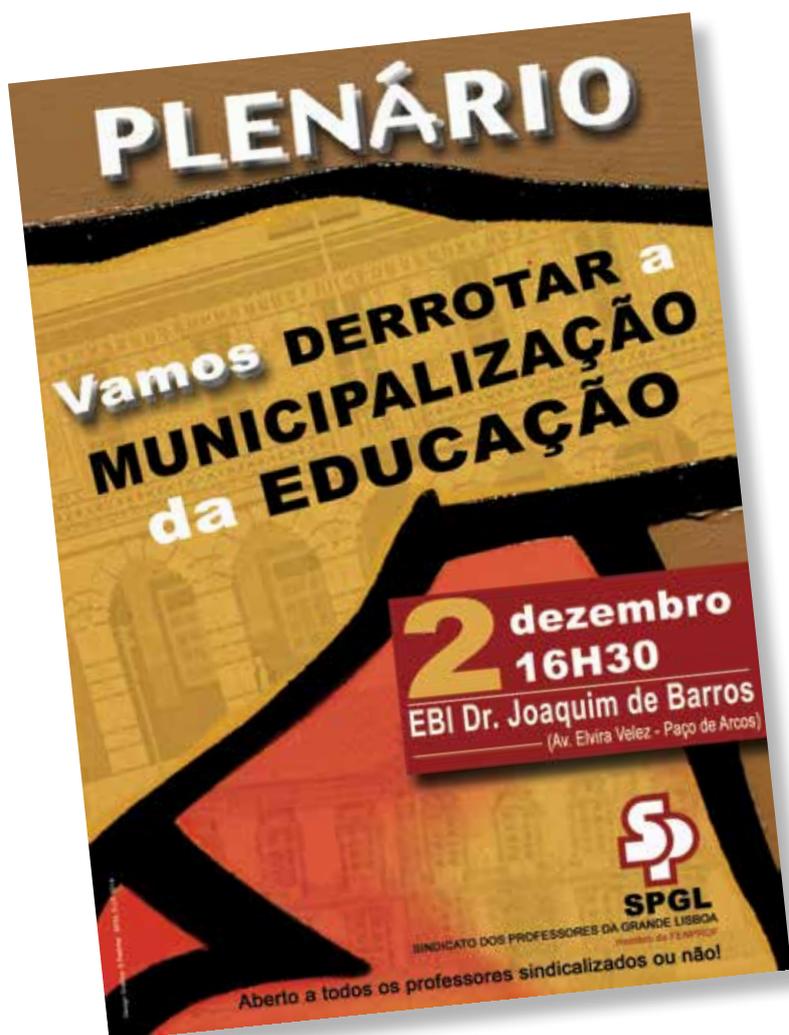
2 - Trata-se apenas de um mero eufemismo da máxima corrente nos tempos cada vez mais restabelecidos do salazarismo: “Vai trabalhar malandro!”

3 - Ver: António Pinto, José – “O orçamento de Estado para 2015 e os pobres”, *Público*, 13.11.14, p. 45.

# Plenário alargado CONTRA municipalização da Educação

Está em curso, à margem dos professores e numa lógica de secretismo, um processo de transferência de competências do Governo para o poder local, na área da educação. O que significa este processo? Porquê o secretismo? Que resposta, dos professores, face às ameaças implícitas nesta transferência de competências?

Para debater e tomar posição, dezenas de docentes de várias escolas dos concelhos de Oeiras e Cascais reuniram-se em plenário alargado, dia 2 de dezembro, na EBI Dr. Joaquim de Barros, em Paço de Arcos. Um debate muito participado, de que aqui damos uma breve ideia. E que terminou com a aprovação da moção “Vamos derrotar a Municipalização da Educação”.



Ligia Calapez  
Jornalista

## Entre o secretismo e a demagogia

“Quando as coisas não são claras é porque há interesse em esconder”. Um alerta que amplamente se justifica quando, ao longo de meses, o Governo tem vindo a negociar um processo de transferência de competências para o poder local na área da educação, sem que os professores sejam envolvidos ou sequer informados do que se está a passar.

Neste quadro, a primeira coisa a fazer, como sublinhou António Avelãs, é “promover o debate com os professores”. Tanto mais que se trata de uma matéria demasiado importante e com tendência irreversível. “É o próprio princípio que deve ser discutido e rejeitado”, considerou o presidente do SPGL.

Esta exigência de debate e transparência foi entretanto apresentada, à Assembleia da República, numa petição que juntou já 13 mil assinaturas e em que nomeadamente se reclama a suspensão imediata do processo em curso e a abertura de um debate público e se manifesta a oposição à ingerência das autarquias “na organização curricular e pedagógica das escolas, assim como na gestão do pessoal docente quanto a recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, exercício da ação disciplinar ou qualquer outra tutela”. Paralelamente ao secretismo, todo este processo tem sido marcado por uma argumentação claramente demagógica, em que sobressai o discurso de que o que está em causa é “aproximar as câmaras das escolas”.

Numa apresentação sumária da reunião de 27 de novembro entre a FENPROF e uma delegação do Governo, Anabela Delgado referiu as tentativas oficiais de negar o secretismo de que todo este

processo está eivado. Com argumentos de que se trata ainda de meras propostas (para entrar em vigor a 1 de janeiro de 2015...); ou que os documentos não seriam todos iguais; que a gestão das autarquias não incluía os professores (item que poderia entretanto ser reescrito).

Nada foi dito sobre a contratação de professores e técnicos para os currículos de gestão flexível (25% do currículo poderá ser gerido pelas autarquias), a gestão de docentes entre escolas e agrupamentos ou, tão pouco, quais os concelhos envolvidos neste projeto piloto (que, há partida, envolve contratos de 5 anos). Certo é que, neste processo de transferência de competências, não pode haver aumento de despesas.

## Riscos e perdas

As escolas nada ganham com o processo em curso e o que existe ainda de autonomia desaparece com esta municipalização da educação. Uma opinião



Fotos: Paulo Machado

manifestada por vários dos presentes no Plenário e que o balanço de riscos e perdas, que é possível fazer, amplamente corrobora.

João Vítor, presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas nº1 de Abrantes (um dos municípios envolvidos) foi particularmente elucidativo a esse respeito. Em termos estatísticos, é a escola que transfere o grosso de competências para o município. Perde autonomia pedagógica – a Câmara passa a ser consultada sobre aspectos pedagógicos. Perde autonomia financeira – as verbas passam a ser geridas pela Câmara. Sem esquecer que, ao abrigo do “coeficiente de eficiência”, o município terá o direito a receber um prémio financeiro por cada docente que consiga dispensar dos “estimados como necessários” pelo MEC. Ou ainda – como foi referido no debate – dado que os municípios não têm a capacidade técnica para dar resposta a esta transferência de competências, está aberto o caminho para a contratação de empresas (como já foi feito na área da alimentação escolar, por exemplo).

Outro alerta – neste processo pode-se vir a ser confrontado com situações bastante diferentes no mesmo corpo profissional, nomeadamente no plano salarial. Muito embora, legalmente, tal (ainda) não seja possível.

Em causa está ainda um outro risco e uma questão de cidadania – impedir que a escola possa passar a ser também palco de interesses partidários e paroquiais.

### Resistir e lutar

Perante mais este passo no processo de destruição da qualidade da escola pública, o que é que “estamos disponíveis para fazer agora?”. Que formas de resistência e luta é possível delinear?

Na moção aprovada no plenário, os professores presentes, de par da exigência de suspensão do processo em curso e abertura de um debate público alargado, manifestaram “a sua firme disposição para, a não haver recuo

no processo em curso, se envolverem em formas de luta de carácter local e/ou geral que forem consideradas mais adequadas no sentido de derrotar esta municipalização da educação”.

Além das decisões contidas na moção, expressaram intenção de questionar as câmaras envolvidas no sentido de travar um processo que, como é referido em nota da Direção do SPGL, “arrancou da pior maneira para a vida das escolas”. ■

## E voltamos ao lodaçal

• Santana Castilho

E voltamos ao lodaçal, que explica a abulia generalizada. Novo exemplo: sorratamente, avança a municipalização da Educação, metáfora para consagrar nova tragédia, qual seja entregar ao arbítrio das câmaras aderentes um domínio estratégico, que jamais deveria sair da tutela central. Basta reler a história da I República (a descentralização/municipalização da educação foi definida pela primeira vez em decreto de 29 de Março de 1911) para perceber que não é de descentralização municipalista, mas de autonomia, que as escolas e os professores necessitam e que a substituição do monolitismo vigente por vários caciquismos não resolverá um só problema e acrescentará muitos mais e graves. A pequena dimensão do país, a natureza dos compromissos, legais e éticos, assumidos pelo Estado face a um vastíssimo universo de cidadãos e as economias de escala que as rotinas informáticas permitem, justificam que a gestão da Educação permaneça centralizada. Quanto aos aspectos que ganharão, e são muitos, se aproximarmos a capacidade de decidir ao local onde as coisas acontecem, não deve o poder ser entregue às câmaras, mas aos professores e às escolas. Justifica-o a circunstância de estarmos a falar da gestão pedagógica. Porque quem sabe de pedagogia são os professores. ■

(Público, 19 de novembro, 2014)

# Colégio Arbitral não marcou serviços mínimos para a greve à PACC



A decisão do colégio arbitral sobre a pretensão do MEC em instituir serviços mínimos na greve a todas as atividades que tenham a ver com a realização da PACC prevista para o dia 19 de dezembro veio confirmar aquilo que o SPGL e a FENPROF sempre afirmaram: que tais serviços mínimos eram ilegais e constituíam um abuso - a iníqua prova não é uma "necessidade social" e muito menos uma "necessidade social impreterível".

No dia em que escrevemos este artigo (12 de dezembro) foi finalmente conhecida a decisão do colégio arbitral mas não podemos antecipar o resultado da greve marcada para daqui a precisamente uma semana.

Independentemente do desfecho deste processo importa realçar alguns aspetos: Perante a decisão de anterior colégio arbitral em não marcar serviços mínimos (em junho de 2013, na greve em dias de provas nacionais / exames a alunos) o Governo mudou a lei, passando a Educação a integrar um elenco de setores de atividade com serviços mínimos. Isto é, se as decisões arbitrais não agradam mudam a lei até que ela se conforme com os seus desejos. Mas

nem assim – é que a lei fala em *necessidades sociais impreteríveis* e não se percebe como pode uma prova destinada exclusivamente a humilhar professores e a excluir mais uns quantos da profissão poderia ser considerada como uma “necessidade social” e muito menos como “impreterível”. As alterações que o governo promoveu na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (cfr. artigo 397.º), no propósito de limitar o direito à greve, situam-se em torno da realização de exames e provas de alunos e não de mecanismos (injustos) de seleção e exclusão de candidatos a concursos de professores.

Nuno Crato e a sua equipa, depois de terem chumbado rotundamente no arranque do presente ano letivo, voltam à carga com a prova, sobrecarregando inutilmente as escolas, jogando com o futuro de muitos professores e educadores e mantendo uma condenável suspeição sobre as instituições do ensino superior que formam para a docência. E fazem-no sem sequer terem resolvido ou encarado, um ano volvido sobre a primeira edição, os muitos problemas que resultaram da PACC: falta de equidade nas condições de realização das provas, violação das normas de aplica-

ção definidas pelo próprio MEC/IAVE, desrespeito por direitos básicos numa matéria que determina o acesso a emprego público, completa opacidade no tratamento dos candidatos, designadamente nas notificações para a segunda chamada, etc., etc. Entre os problemas que o MEC não foi capaz ou não quis resolver, avulta a exclusão de quase 8.000 professores profissionalizados dos concursos; um repugnante ato de revanchismo cuja ilegalidade já tinha sido denunciada pelas organizações sindicais e que o Senhor Provedor de Justiça confirmou sem margem para dúvidas na interpelação que dirigiu, recentemente, ao Ministro da Educação e Ciência.

Saberemos derrotar a PACC - neste mês de dezembro ou nos meses seguintes. É uma questão de defesa da nossa dignidade, algo que Crato e a sua equipa não perceberam ainda mas que serão obrigados a perceber! ■

# Compensar... compensa?! Retrato de uma realidade com pinceladas trágico-cômicas

**Adriana Guerreiro**

27 anos de experiência escolar na *ótica do utilizador*. 33 de idade.

**H**á verdades incontornáveis. A frase anterior é uma delas. Outra será o facto de que este ano escolar foi marcado por um dos piores inícios de todos os tempos, afirmação que nos conduz a uma terceira verdade que, do alto da sua proverbial existência, nos obriga instintivamente a acenar que sim, quase doentes de conformismo: “O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.”

Pois bem, depois da odisseia das colocações e do consequente atraso no início das aulas, eis que surge a ideia peregrina: vamos compensar os alunos pela falta de professores com aulas extra! Explico melhor. Os professores estavam em casa. Os alunos na escola. O encontro não se deu, parece que houve uma “incongruência”. Os alunos perderam aulas, tempo útil convertido levemente em inútil. Os professores perderam vida e ganharam uns quantos cabelos brancos. Neste vai e vem de listas, critérios, fórmulas e desculpas passaram-se semanas para uns, meses para outros. E assume-se então que ninguém vai sair a perder (Ahahahahah, são uns brincalhões, os marotos...). Custe o que custar aos bolsos (rotos) do Estado, os alunos serão compensados pelo tempo que estiveram na escola da vida com a vida (por inteiro) na escola... E os professores, quais empreiteiros do saber, deverão alegremente desdobrar-se em eficácia, deixar-se dessas modernices de querer

ter vida familiar e social, porque há um programa para dar e até vão receber horas extraordinárias...

É este o cenário: há que compensar os alunos porque o Ministério descompensou. E a preocupação basilar que rege esta loucura está em consonância com o resto da orquestra: os exames de final de ano. Parece que este ano (este ano... dizem...) os alunos não estão em igualdade de circunstâncias para serem avaliados a nível nacional. Ahahahahah! Descobriu-se a pólvora.

E depois não se percebe a lacuna de motivação dos nossos pupilos. Não se entende a imaturidade que grassa nas escolas. Não se explica a falta de sede por esse copo cheio de saber e por que razão a curiosidade deixou de ser inebriante. Será que alguém que, como eu, adora pão de ló de Ovar continuaria a sentir-se salivar, qual cão de Pavlov, se o comesse a todas as refeições do dia?! Não há apetite ou motivação que resista ao peso da repetição. E, já agora, agradeço também que não mastiguem por mim. E se deixássemos os alunos pensarem um pouco? Ah, pois é. Não há tempo... Há o programa para dar... Eu sou do tempo em que se conseguia colocar dúvidas. Sou do tempo em que não havia exames de 4º, 6º e 9º ano. Sou do tempo em que, quando um professor faltava, tínhamos furo e íamos brincar (ou conversar, ou namorar, ...). Sou do tempo em que o professor estava lá em setembro e, no ano anterior, sabíamos os “stôres” que íamos ter no

seguinte. Não, não estudei em Marte nem sou exatamente um dinossauro. Mas foi esse o tempo que tive para me apaixonar pela Escola, aquela que agora adulteraram por completo.

E se compensássemos os nossos alunos com turmas mais pequenas, com mais espaço para opinar, ser criativo, exercitar o espírito crítico? Se os deixássemos “chegar lá” pelos próprios meios, se lhes ensinássemos o gosto de voar e não a *técnica para sincronizar corretamente a asa esquerda com a direita?* Não seria mais compensador?! E todas as horas seriam, efetivamente, extraordinárias... ■

**E se compensássemos os nossos alunos com turmas mais pequenas, com mais espaço para opinar, ser criativo, exercitar o espírito crítico? Se os deixássemos “chegar lá” pelos próprios meios, se lhes ensinássemos o gosto de voar e não a técnica para sincronizar corretamente a asa esquerda com a direita? Não seria mais compensador?!**



Foto: Elias Minasi

Foto: Pavel Klaus

# Concurso de Professores

**Paulo Sucena**  
Conselho Geral do SPGL

A história dos concursos de professores não está esmalhada de páginas brilhantes mas não é pródiga em episódios deprimentes, salvo em 2004 em que o concurso se transformou numa grave trapalhada. Podemos então dizer que na gesta dos concursos nacionais predominam os traços de normalidade, violentamente subvertidos no concurso de 2014 pela incompetência e perversidade política do MEC.

As consequências profundamente negativas para o normal funcionamento e prestígio da escola pública, no início deste ano lectivo, não motivaram os responsáveis do MEC para uma reflexão séria e rigorosa sobre as implicações da descentralização dos concursos. Pelo contrário, os seus defensores continuam a apostar no modelo

e afirmam que o mal está no concurso nacional apesar de se constatar que os concursos nacionais centralizados funcionam com uma aceitável normalidade que pode, é certo, ser melhorada.

Cuido que aquela absurda posição não provém de mentes ignaras antes de cérebros ladinos que procuram reforçar o controlo sobre a profissão, tornar as relações de trabalho mais dependentes de quem manda, dificultar a mobilização colectiva dos docentes em torno de objectivos comuns, de modo a, simultaneamente, enfraquecer a acção dos sindicatos que todos proclamam serem um pilar da democracia mas que alguns consideram uma excrescência.

Substituir os concursos nacionais centralizados por concursos regionais ou locais em nome de uma fantasmagórica “autonomia das escolas” e pela necessidade de se recrutarem docentes dotados de algo inextricável como é um perfil cuja especificidade se ajuste ao projecto educativo da escola é abas-

tardar o cerne da contratação pública. Repensem-se os concursos mas tenham-se em conta que eles não poderão abrir portas à arbitrariedade e ao compadrio nem sujeitar os candidatos a pressões exteriores. Têm de ser transparentes, céleres e imunes à iniquidade e os seus normativos não devem fomentar a voracidade de alguns autarcas. Devem ainda isentar os dirigentes escolares de responsabilidades nesta área para que se dediquem com mais disponibilidade às tarefas pedagógicas.

Em 2015 passam 150 anos sobre o ataque da filoxera às vinhas portuguesas. Se a efeméride suscitar reflexão, seria útil colher ensinamentos sobre o modo como se venceu o insecto que matava as videiras na raiz. É que o país precisa de derrotar o insecto ideológico que vem minando as raízes da escola pública de que a colocação de docentes é uma componente. ■

## Conselho Geral do SPGL

O Conselho Geral do SPGL reuniu no passado dia 27 de novembro, a pedido da Direção, para apreciar e deliberar sobre duas propostas, uma que prevê a constituição e regula o Fundo de Solidariedade, e outra que clarifica o regime de quotização para efeitos de acesso aos serviços jurídicos do sindicato.

A reunião foi bastante participada. Foram apresentadas sugestões por vários conselheiros no sentido de melhorar a redação de ambas as propostas, sugestões que depois de debatidas pelos membros do Conselho Geral geraram consensos nas suas redações finais, as quais postas à votação foram aprova-

das por unanimidade.

O Presidente da direção fez ainda uma breve síntese da intensa atividade sindical mantida até à data.

Nota: consulte a [página do SPGL](#) para aceder às [propostas aprovadas](#). ■



Foto: Jorge Caria

## Aposentados da Administração Pública reuniram com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República

A Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (CNA/FCSAP), onde estão representados os sindicatos da FENPROF, foi recebida entre os dias 14 e 20 de novembro, por todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, na sequência dos pedidos de audiência que lhes dirigiu com o objetivo de expor as preocupações dos aposentados face à proposta de Orçamento de Estado para 2015, então em discussão, e outras medidas políticas e legislativas que lhes dizem respeito.

No decorrer das audiências a CNA/FCSAP entregou um documento onde descreveu os principais fatores que agravaram as condições de vida dos aposentados desde 2005 e de uma forma mais pronunciada desde 2010, nomeadamente:

*1 - Alterações contínuas no Estatuto de Aposentação que têm reduzido as pensões e criado a insegurança e a incerteza generalizada;*

*2 - A interpretação abusiva da lei por parte da CGA que tem reduzido, para além do legislador, o valor das pensões dos aposentados;*

*3 - O congelamento desde 2010 das pensões de aposentação com exclusão apenas dos dois escalões mais baixos*

*das pensões mínimas (pensões com valor igual ou inferior a 257 euros);*

*4 - A apropriação do subsídio de férias e de Natal em 2012;*

*5 - A aprovação de um imposto de facto, que incidiu apenas sobre os reformados e aposentados, designado por Contribuição Extraordinária de Solidariedade, que representou um corte muito grande no rendimento disponível dos pensionistas;*

*6 - O aumento injustificável da contribuição da ADSE de 1,5% para 3,5%;*

*7 - O aumento enorme de impostos que atingiu todos os portugueses;*

*8 - O pagamento do subsídio de férias ou de Natal em duodécimos;*

*9 - A não publicação atempada dos coeficientes de revalorização das remunerações com efeitos negativos no valor das pensões atribuídas;*

*10 - O agravamento da situação social das famílias, nomeadamente o aumento do desemprego, que tem também afetado de uma forma indireta os aposentados devido ao desemprego de filhos e outros familiares.*

E apresentou as reivindicações para inversão da situação:

- O aumento das pensões de modo a atenuar a perda do poder de compra das pensões congeladas desde 2010;
- A devolução dos subsídios de férias e

*de Natal confiscados em 2012;*

- A reposição do pagamento dos subsídios de férias e de natal nos meses de julho e novembro;

- A revogação do aumento da contribuição para a ADSE, sistema já suportado em mais de 60% pelos trabalhadores;

- A eliminação total da Contribuição Extraordinária de Solidariedade;

- O fim da sobretaxa fiscal de 3,5%;

- A reposição da percentagem de 30% das despesas com a saúde que pode ser deduzida no IRS, em substituição dos 10% atuais.

Os deputados dos vários partidos mostraram preocupação face às situações descritas e vividas pelos aposentados, assumiram as reivindicações apresentadas e consideraram ser de rever a lei n.º 11/2014 (estabelece os mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social) que muito penaliza os futuros aposentados.

Da parte da CNA/FCSAP ficou a garantia de que continuaremos a luta firme em defesa do direito a pensões dignas, em defesa da CGA e do sistema público, universal e solidário da Segurança Social, em defesa não só dos seus direitos como dos direitos das futuras gerações. ■

# Debate Medicalização na Educação

15  
JANEIRO  
17H00

Auditório  
do SPGL  
(Rua Fialho de Almeida, nº3 - Lisboa)

 SPGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

*“Entende-se por medicalização o processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como “doenças”, “transtornos”, “distúrbios” que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. Nesse processo, que gera sofrimento psíquico, a pessoa e sua família são responsabilizadas pelos problemas, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos de suas responsabilidades.”*

In MANIFESTO “Por uma abordagem não medicalizante nem patologizante da educação” (Br.)

## PROGRAMA

### 17h - Intervenções

- **A abordagem medicalizante da Educação e a escola**  
Maria Isabel Carvalho
- **A medicalização na escola: reflexões sobre o suposto TDAH**  
Maria Izabel Souza Ribeiro
- **Educação e Neuropsicologia: construindo pontes**  
David Rodrigues

Rosa Nunes – (moderadora)

### 18h - Debate

No final será emitido Certificado de Participação

## Escola de Música do Conservatório Nacional no CCB

No passado dia 22 de novembro, no pequeno auditório do CCB, atuou a Orquestra Sinfônica do Conservatório Nacional, constituída por alunos da Escola de Música.

Foram interpretadas obras de Anne Victorino de Almeida, Richard Wagner, Max Bruch e Antonin Dvorák.

A orquestra foi dirigida pelo professor Alexandre Branco e contou com a participação especial de Maria José Falcão, professora de violoncelo.

## Ensino Artístico Vocacional

**Ana Mafalda**

Diretora da Escola de Música do Conservatório Nacional

Ao falarmos de ensino artístico vocacional estamos a referir-nos ao ensino especializado da música.

Este é diferente da formação artística que deverá estar presente no currículo de todos os alunos portugueses, como forma de promover um melhor desenvolvimento das capacidades individuais.

A rede do ensino artístico especializado é ainda a mesma que existia em 1983, altura da reforma do Conservatório Nacional. Desde aí que as escolas artísticas se encontram em reestruturação, esperando, por exemplo, pela concretização de novos programas. É urgente que os políticos ouçam os músicos e professores do ensino especializado e que queiram estruturar este tipo de ensino sem o espartilharem na estrutura existente do ensino geral. É urgente também que a rede destas escolas seja repensada, assim como as necessidades específicas de funcionamento, no que respeita a recursos humanos e materiais. ■

# “Donos de Portugal”

“Donos de Portugal” é um documentário de Jorge Costa sobre cem anos de poder económico. O filme, que passou recentemente pelo espaço António Borges Coelho, retrata a proteção do Estado às famílias que têm dominado a economia do país, as suas estratégias de conservação de poder e acumulação de riqueza. Baseado no livro com o mesmo nome, o documentário foi produzido para a RTP 2 no âmbito do Instituto de História Contemporânea e conta com participações como as de Fernando Rosas e Eugénio Rosa.

Sofia Vilarigues  
Jornalista

## Como é que surgiu a ideia deste documentário “Donos de Portugal”?

Em 2010, eu, com um conjunto de outros autores, o Francisco Louçã, o Fernando Rosas, o Luís Fazenda e a Cecília Honório, fizemos um livro, chamado “Donos de Portugal”, que procurava abordar, no centenário da República, a forma como o Estado tem tido, ao longo deste século de república, um papel central de definição do poder económico e das grandes escolhas da economia portuguesa ao longo do tempo. Esse livro teve um acolhimento muito bom e foi o centro de algum debate. Eu, nessa altura, percebi que esse debate poderia ser muito mais alargado na sociedade se a nossa análise pudesse surgir sob a forma de um documentário de acesso livre. Entretanto, o próprio país atravessou uma fase especialmente turbulenta, com a assinatura do memorando com a troika, pelo Governo de José Sócrates e a entrada em funções do Governo de Passos Coelho. Surge então, com a troika, uma retórica que atribuía à própria população, ao povo português, a responsabilidade pela situação crítica da economia. E,



portanto, a afirmação, que muitas vezes ouvimos, de que os portugueses tinham andado muitos anos a viver acima das suas possibilidades. Com este filme quisemos transformar essa afirmação numa pergunta, e tentar mostrar quem é que afinal andou a viver acima das possibilidades do país.

## Quem é que têm sido os donos de Portugal?

Os donos de Portugal têm sido diferentes ao longo do tempo, ao longo deste século, mas verificamos algumas permanências. Não só a permanência de alguns protagonistas, de famílias que atravessam esse tempo sempre em lugares centrais do sistema económico e do modelo de desenvolvimento português, como também, sobretudo, encontramos uma permanência que é a do Estado como protagonista principal ou como centro da definição da forma

de dominação de classe, da forma pela qual esta pequena elite, este pequeno setor social, de um reduzido número de famílias, de algumas centenas de indivíduos, conseguiram ocupar ao longo de tanto tempo posições dominantes na economia e no sistema social, no poder da sociedade.

Este papel do Estado é uma realidade, seja na Primeira República, ou ainda no final da monarquia, na atribuição dos monopólios que na altura faziam grandes fortunas, o tabaco, o transporte marítimo, o jogo, as lotarias. Seja, depois, na Primeira República, na continuidade e na entrada em cena do comércio colonial. Seja ao longo do Estado Novo, da ditadura, e nas formas como se foi articulando o apoio financeiro, a construção de monopólios, a indústria, e os favores às grandes famílias, Champalimaud, Mello, Espírito Santo. Seja ainda na forma como se reconstituiu o poder desta burguesia nacional a partir

do 25 de Abril e na reversão das nacionalizações. Quer na reconstituição do poder, quer na oportunidade para a ascensão de novas famílias que vieram a ter papéis centrais, a família Amorim, a família Belmiro de Azevedo, a família Soares dos Santos.

Em todos esses momentos de definição de onde e quem está no centro do poder económico, é o Estado, é o poder de Estado, é o poder político que tem uma palavra determinante a dizer. E, portanto, no nosso livro, no nosso filme, o que procurámos foi tentar perceber, na atualidade, o peso, a influência, a determinação que o poder político exerce sobre a dominação económica, a forma como hoje essa influência se estrutura a partir da promiscuidade entre o poder político e económico, a partir da ascensão social de membros dos governos, e dessa promiscuidade entre a política e o negócio que tem dominado a democracia nos últimos 40 anos.

### **De que modo é que o 25 de Abril afetou estas lógicas?**

O 25 de Abril é o grande susto e o grande trauma histórico que os donos de Portugal sofreram. E é-o na medida em que abala profundamente as raízes do atraso e da desigualdade que são um traço permanente da economia portuguesa ao longo do século vinte e neste início do século vinte e um. O 25 de Abril representa, pela entrada em cena do movimento popular, pela democratização entendida como uma mudança do modo de vida, uma transformação muito substantiva da sociedade e da economia portuguesa, com um aumento do rendimento do trabalho e sobretudo com uma democratização, uma democracia social que é afirmada na Constituição e que é concretizada em termos do estabelecimento do serviço nacional de saúde, da massificação da escola pública, da instituição de um sistema de segurança social de massas, que fazem com que a sociedade portuguesa no pós 25 de Abril seja totalmente distinta e irreconhecível face ao que era antes do 25 de Abril. Isso é vivido como um trauma pela elite económica que esteve até ao último dia do Estado Novo empenhada, comprometida, não

só com um modelo de exploração intensiva do trabalho, mas também com um modelo de exploração colonial.

Portanto, esse compromisso profundo que existia da parte dos setores dominantes da burguesia portuguesa, ao longo de toda a ditadura, durante a guerra colonial e até ao último dia da ditadura, é abalado, é destruído pelo 25 de Abril. A própria propriedade de alguns recursos estratégicos muda de mãos e passa para as mãos do Estado. E é depois desse trauma, depois desse abalo e só alguns anos depois, que é possível restabelecer, pela mão dos governos de Mário Soares e de Cavaco Silva, o poder da classe dominante portuguesa, reprivatizando e voltando a entregar a mãos privadas esses recursos estratégicos. Primeiro no sistema bancário e depois alargando esse modelo privatizador, ao longo da década seguinte, a praticamente todos os setores estratégicos da economia.

### **Poderia desenvolver algo mais sobre estes esquemas que têm perpetuado no poder os donos de Portugal no pós 25 de Abril?**

Sim. Nessa altura, quando o livro foi feito, nós fizemos um estudo relativamente extensivo da promiscuidade entre política e negócios. Isto é, do papel que desempenhavam em empresas privadas, em cargos de direção e em cargos dos órgãos sociais de grupos económicos privados, antigos ou futuros detentores de cargos do Governo. Por exemplo, o Dias Loureiro, que transitou do Ministério da Administração Interna para o BPN, do BPN para outros grupos. O Jorge Coelho que sai das Obras Públicas para a Mota-Engil. Enfim, nos setores da saúde, nos setores mais variados. Esse estudo foi feito de maneira completa, isto é envolvendo a totalidade dos secretários de Estado e ministros dos últimos quarenta anos, cerca de setecentos e oitenta governantes, cujo currículo foi estudado em detalhe para poder ser escrutinado precisamente este trânsito entre a política e os negócios a partir das esferas mais altas do poder de Estado que são as do Governo.

Esse estudo foi concretizado na prepa-

ração de um outro livro, que foi publicado em 2014 e que se chama “Os Burgueses”, do qual também sou coautor, juntamente com o Francisco Louçã e o João Teixeira Lopes. O estabelecimento deste sistema de trânsito entre grupos privados e os cargos do Governo abre uma possibilidade de ascensão social e é essencial para perceber a forma como hoje o poder económico dos grandes grupos em Portugal é beneficiado.

Evidentemente que há aspetos que se alteram nesta relação, sobretudo nos últimos anos, a partir da entrega a grupos de capital estrangeiro, nomeadamente angolano, de empresas que são estratégicas e que são centrais no sistema público. Isso reflete-se no sistema bancário, em primeiro lugar, onde vamos encontrar o capital angolano dominando instituições bancárias de primeiro plano. E, nessa propriedade de empresas estratégicas pelo capital angolano, novamente encontramos o padrão de trânsito entre os cargos políticos e os negócios. E esse é um elemento novo que vem a ser explorado mais recentemente no livro “Os Donos Angolanos de Portugal”, também editado este ano, do qual também sou coautor, juntamente com o Francisco Louçã e o João Teixeira Lopes.

Seja como for, numa democracia dominada pelo bipartidarismo, pela rotatividade no Governo dos dois partidos do bloco central, o que é hegemónico, o que é dominante tem sido essa promiscuidade entre política e negócios como forma de organizar o poder económico da classe dominante do país.

### **Já realizou mais algum documentário?**

Fiz um pequenino filme, no ano passado, com o Bruno Cabral, que também é realizador. Chama-se “Que ninguém fique só no meio da crise” e é sobre o movimento de solidariedade contra a pobreza, contra a exclusão, na Grécia. Um movimento criado a partir dos movimentos de resistência à austeridade e da esquerda grega. Nós fizemos um documentário que procura retratar este movimento de solidariedade nas suas várias vertentes. Está disponível na Internet. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

# Aos SÓCÍOS

## Contacte-nos



SPGL  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,  
1070-128 Lisboa  
•Tel: 213819100  
•Fax: 213819199  
•spgl@spgl.pt  
•Direção: spgl@spgl.pt  
•www.spgl.pt

**Serviço de Apoio a Sócios**  
•TEL: 21 381 9192  
•apoiosocios@spgl.pt

**Serviço de Contencioso**  
•TEL: 21 381 9127  
•contencioso@spgl.pt

**Serviços Médicos**  
•TEL: 21 381 9109  
•servmedicos@spgl.pt

**Serviços (seguros, viagens, etc.)**  
•TEL: 21 381 9100  
•servicos@spgl.pt

**Centro de Documentação**  
•TEL: 21 381 9119  
•fenprof@fenprof.pt

**Direção Regional de Lisboa**  
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100 Fax: 213819199  
drlisboa@spgl.pt

**Direção Regional do Oeste**  
•Caldas da Rainha  
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-  
329 Caldas da Rainha  
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:  
caldasrainha@spgl.pt  
•Torres Vedras  
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,  
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2  
2560-619 Torres Vedras  
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:  
torresvedras@spgl.pt

**Direção Regional de Santarém**

•Abrantes  
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B  
2200-397 Abrantes  
Tel: 241365170 Fax: 241366493  
abrantes@spgl.pt  
•Santarém  
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-  
232 Santarém  
Tel: 243305790 Fax: 243333627  
santarem@spgl.pt  
•Tomar  
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.  
2300-460 Tomar  
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:  
tomar@spgl.pt  
•Torres Novas  
R. Padre Diamantino Martins,  
lote 4-Loja A  
2350-569 Torres Novas  
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:  
torresnovas@spgl.pt

**Direção Regional de Setúbal**

•Setúbal  
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218  
Setúbal  
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:  
setubal@spgl.pt  
•Barreiro  
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336  
Barreiro  
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:  
barreiro@spgl.pt  
•Almada  
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A  
2800-015 Almada  
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:  
almada@spgl.pt



## Regulamento das Jornadas Pedagógicas

- As Jornadas destinam-se a:
  - Sócios do SPGL e de outros Sindicatos membros da FENPROF e professores/educadores que, entretanto, procedam à sua sindicalização.
  - Professores/Educadores não sócios.
- Cada participante paga de inscrição, por Jornada, a seguinte quantia:
  - **3,50€** sócios e os professores/educadores que, entretanto, procedam à sua sindicalização.
  - **26,00€** não sócios.
- O pagamento da inscrição destina-se a custear parte das despesas de organização.
- No caso de não ter vaga em alguma das Jornadas pretendidas, o professor/educador será informado por escrito e ser-lhe-á devolvida a importância paga no ato da inscrição.
- Não haverá lugar à devolução do pagamento da inscrição por motivo de desistência.
- Custos adicionais (transporte, refeições, estadia, materiais, etc.) serão acrescidos ao custo da inscrição na Jornada.
- No que se refere às Jornadas que impliquem custos acrescidos, estes serão devolvidos desde que o sócio comunique a sua desistência, sempre devidamente justi-

ficada, com pelo menos 15 dias de antecedência e haja outro sócio em lista de espera que o possa substituir.

**8.** O SPGL não se responsabiliza por qualquer acidente que possa ocorrer.

**9.** Em todas as Jornadas serão entregues aos participantes uma ficha de presença, um certificado de frequência/participação e um inquérito de avaliação que deverá ser devolvido no final de cada Jornada.

**10.** Poderão ainda participar, nas visitas, familiares ou outros acompanhantes dos sócios, nas mesmas condições destes. Estas inscrições ficam condicionadas à existência de vagas.

**11.** Os interessados devem inscrever-se na Sede do Sindicato ou preencher uma ficha de inscrição e enviá-la, junto com o respetivo pagamento, até 15 dias antes da Jornada, para:

**Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**  
Rua Fialho de Almeida, N° 3  
1070-128 Lisboa

Podem ser obtidas informações pelo telefone: 213819177 ou utilizando para esse efeito o Corr. Eletr.: [drlisboa@spgl.pt](mailto:drlisboa@spgl.pt)

**Nota:** informações mais detalhadas em [www.spgl.pt](http://www.spgl.pt) – Jornadas Pedagógicas



- AÇÕES DE FORMAÇÃO ●
- VISITAS ●

### Ficha de Inscrição . Jornadas Pedagógicas 2015

Nº de entrada \_\_\_\_\_ Sindicato \_\_\_\_\_ Sócio  nº \_\_\_\_\_ Não sócio  Familiar/acompanhante

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ CP \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Tel: \_\_\_\_\_ Tm: \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Escola \_\_\_\_\_

Situação Profissional: Quadro/efetivo  Contratado  Aposentado  Grau de ensino: \_\_\_\_\_ Particular  Público

**Ações em que pretende participar:**

Ação nº  Ação nº  Ação nº  Ação nº  Ação nº  Ação nº

Inscrição por cada Jornada: Sócios do SPGL ou de outros Sindicatos da FENPROF - 3,50€; Não Sócios - 26€.

**PAGAMENTO:**

Transf Bancária  [NIB: 0036 0103 99100005430 42 (Montepio Geral) - enviar comprovativo transf. bancária juntamente com ficha de inscrição]

Cheque  Cheque nº \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_

Numerário

Vale Postal

Valor \_\_\_\_\_ € [por extenso] ( \_\_\_\_\_ )

**NOTA:** Indicar o seu NIB para eventual devolução, caso a(s) inscrição(ões) não seja(m) aceite(s).

NIB:

Enviar para: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa – Tel: 213819177

AÇÕES DE FORMAÇÃO	Nº	Ação	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local	Nº Part.
	1	Ação e movimento da criatividade – “O Parangolé” (*) (a)	Marcos Pinheiro	Todos	22 e 29 de janeiro (5ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
	2	Hiperatividade e défice de atenção (*)	Ana Guimarães Martins	Todos	24 de fevereiro e 3 de março (3ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	25
	3	A Saúde dos professores e a escola	Silva Santos	Todos	26 de fevereiro (5ª feira)	10h00 às 17h00	Sede do SPGL	25
	4	Laboratório de Contadores de Histórias	Rodolfo Castro	Todos	12 de março (5ª feira)	10h00 às 17h00	Sede do SPGL	25
	5	Cozinha de contos A Educação pela Arte, pelas Rotinas e pela Leitura (b)	Mafalda Milhões	Pré-escolar	9 de abril (5ª feira)	10h00 às 17h00	Sede do SPGL	25
	6	Oficina de Joalheria contemporânea (cera) (**) (c)	Alberto Gordilho	Todos	14 de abril (3ª feira)	15h00 às 19h30	Sede do SPGL	8
	7	Oficina de Joalheria contemporânea (cera) (**) (c)	Alberto Gordilho	Todos	15 de abril (4ª feira)	15h00 às 19h30	Sede do SPGL	8
	8	Oficina de Joalheria contemporânea (acrílico) (**)	Alberto Gordilho	Todos	21 de abril (3ª feira)	15h00 às 19h30	Sede do SPGL	8
	9	Oficina de Joalheria contemporânea (acrílico) (**)	Alberto Gordilho	Todos	22 de abril (4ª feira)	15h00 às 19h30	Sede do SPGL	8
10	No Museu da Música	Victor Palma	Todos	30 de abril (5ª feira)	15h00 às 16h30	Museu da Música	25	

(a) é necessário trazer para ação: Lençóis velhos ou panos grandes; jornais e algum material de reciclagem

(b) é necessário trazer para ação: caderno sem argolas tipo Moleskine em branco, caneta preta, marcador biselado preto e marcador de pincel preto

(c) é necessário trazer para a ação secador de cabelo.

(\*) ações desdobradas em 2 dias – Certificado de participação será entregue no 2º dia

(\*\*) ao preço da inscrição **acresce 3,00€** para material.

VISITAS	Nº	Visita	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local de encontro	Nº Part.
	11	Assembleia da República: um espaço a conhecer melhor	Técnicos da Assembleia	Todos	31 de janeiro (sábado)	15h45 às 17h30	Receção principal do Palácio de S. Bento	15
	12	Percurso por Lisboa - cidade e linguagem simbólica (1)	Inez Marques	Todos	28 de fevereiro (sábado)	09h30 às 17h30	Estátua de D. José I, Praça do Comércio	30
	13	Descobrir Tomar: viagem em comboio regional (2)	Caminhos da História	Todos	14 de março (sábado)	07h15 às 20h30	Estação de Sta Apolónia	40
	14	Um dia na Quinta do Pisão (3)	Vânia Fialho	Todos	18 de abril (sábado)	09h45 às 18h00	Entrada principal do Jardim Zoológico	40
	15	A Quinta da Regaleira (4)	Técnica da Fundação Cultur/Sintra – Mónica Luis	Todos	9 de maio (sábado)	10h30 às 12h00	Entrada principal da Quinta da Regaleira	28
	16	O “passeio” dos Dinossaurios na Lourinhã (5)	Elvira Dias e Celestino Coutinho	Todos	23 de maio (sábado)	09h30 às 19h30	Entrada principal do Jardim Zoológico	40

(1) ao preço da inscrição **acresce 1,00€** (entrada) poderá ser necessário no próprio dia adquirir bilhete de ingresso para o Palácio Foz

(2) ao preço da inscrição **acresce 31,50€** (viagem de comboio, entradas, guia, almoço e viagem no Tomar trem) – **na inscrição é necessário o nº do BI ou CC**

(3) ao preço da inscrição **acresce 7,50€** (entrada e transporte) é necessário levar almoço/ piquenique, não existe local próximo para almoçar

(4) ao preço da inscrição **acresce 2,00€** (entrada)

(5) ao preço da inscrição **acresce 21,50€** (almoço e transporte) – integra percurso pedestre, é necessário calçado adequado.



## ● AÇÕES DE FORMAÇÃO ●



**Ação nº 1**  
22 e 29 de janeiro

### Ação e movimento da criatividade - "O Parangolé"

A performance artística de Hélio Oiticica é feita de metáforas, de simbologias múltiplas. Integra o olhar, a imagem e o movimento gestual corporal com as quais constrói significados.

A performance Parangolé através da sua aparente simplicidade pode enriquecer processos de aprendizagem e de vivência.



**Ação nº 2**  
24 de fevereiro e 3 de março

### Hiperatividade e défice de atenção

#### Objetivo Geral:

Identificar e classificar a natureza dos comportamentos disruptivos da PHDA.

#### Abordagem Teórica:

- . Perspetiva histórica e evolução do conceito
- . Definição, Prevalência, Etiologia e Co-morbilidades
- . Impacto nos vários contextos
- . Principais características das crianças com PHDA



**Ação nº 3**  
26 de fevereiro

### A Saúde dos professores e a escola

Abordagens diversas relativas a diversos fatores que interferem com a saúde dos professores: Horário de trabalho; Indisciplina dos alunos; Burocracia; Falta de comunicação; Fatores psicossociais; Alterações legislativas constantes; Condições de trabalho. Como alterar a situação atual



**Ação nº 4**  
12 de março

### Laboratório de Contadores de Histórias

. Refletir e experimentar com elementos teóricos e práticos que estimulem o desenvolvimento de habilidades de leitura e de contar histórias.

- . Melhorar as formas de ler em voz alta e de narrar.
- . Questionar as práticas habituais da leitura e da narração de contos.

. Apresentar modelos de trabalho corporal, vocal, textual e expressivo para desenvolver atividades de leitura e narração oral.

<http://www.facebook.com/habitantedoconto>



**Ação nº 5**  
9 de abril

### Cozinha de Contos - A Educação pela Arte, pelas Rotinas e pela Leitura

Nesta ação o tema é a leitura através dos sentidos, das imagens das vivências das experiências e da Relação.

A aquisição de conhecimento vem da forma como os leitores se ligam ao mundo e o dão a ler num processo de comunicação contínua. Trabalhar a escuta, a

capacidade de ver, ouvir, sentir é essencial em todo o processo de crescimento e desenvolvimento.

A mediação de leitura e a ligação ao livro permitem-nos ler antes de ler, abraçar o mundo através da escuta e conhecermo-nos através da leitura.

### Cozinha de contos, livros e leituras.

*Uma ação para quem gosta de receitas.*



**Ação nº 6**  
14 de abril

### Oficina de Joalheria contemporânea (cera)

Fundição de ceras perdidas para joalheria contemporânea



**Ação nº 7**  
15 de abril

### Oficina de Joalheria contemporânea (cera)

Fundição de ceras perdidas para joalheria contemporânea



**Ação nº 8**  
21 de abril

### Oficina de Joalheria contemporânea (acrílico)

Joalheria de vidro acrílico



**Ação nº 9**  
22 de abril

### Oficina de Joalheria contemporânea (acrílico)

Joalheria de vidro acrílico

<http://museugordillo.blogspot.pt/>



**Ação nº 10**  
30 de abril

### No Museu da Música

A História do Museu da Música, com a intervenção de Alfredo Keil e Michel Angelo Lambertini; Organologia dos Instrumentos; A ligação dos instrumentos antigos com a inovação e o futuro; Mecânica do Piano, Cravo, Órgão e Theremin. Alguns exemplos sonoros.

Visita à oficina, reservas e centro de documentação.

<http://www.museudamusica.pt/>

## ● VISITAS ●



**Visita nº 11**  
31 de janeiro

### Assembleia da República:

#### um espaço a conhecer melhor

Palácio de S. Bento: vi(r)ver o Parlamento

Visita guiada centrada na história do Palácio de S. Bento, nos aspetos mais emblemáticos dos vários espaços e na atividade e competências do Parlamento.



**Visita nº 12**  
28 de fevereiro

### Percurso por Lisboa cidade e linguagem simbólica

Visita a locais de Lisboa onde são visíveis símbolos ou marcas de uma iconografia tida como simbólica, seguindo, no percurso, as principais alterações urbanísticas operadas, numa área restrita da cidade marcada por um dos acontecimentos mais marcantes da sua História, o terramoto de 1755.



**Visita nº 13**  
14 de março

### Descobrir Tomar: viagem em comboio regional

Visita pedonal guiada ao Centro Histórico de Tomar: Museu dos Fósforos; Olaria; Sinagoga; Igreja de São João Batista; Núcleo de Arte Contemporânea e/ou Capela de Sta Iria

Viagem no Tomar Trem, com visita a:

Aqueduto dos Pegões; Castelo dos Templários; Convento de Cristo



**Visita nº 14**  
18 de abril

### Um dia na Quinta do Pisão

11h00 – 13h00 – Visita Guiada à quinta, para conhecimento do património histórico e natural

Almoço/ piquenique

14h30 – Contato com os burros lanudos/passeio pela horta e possibilidade de aquisição dos produtos da horta.

<http://www.cm-cascais.pt/quintadopisao>



**Visita nº 15**  
9 de maio

### A Quinta da Regaleira

A Quinta de Regaleira habitada, há mais de dois séculos, por ilustres famílias portuguesas, está, hoje em dia, aberta ao público, servindo de cenário a uma multiplicidade de manifestações culturais, designadamente, teatro, ópera, recitais, exposições temporárias, etc.

**Itinerário:** Patamar dos Deuses; Lago da Saudade; Banco do 515; Fonte da Abundância; Portal dos Guardiães; Poço Iniciático; Torre da Regaleira; Gruta da Leda; Capela da Santíssima Trindade; e, por último, Palácio;



**Visita nº 16**  
23 de maio

### O "passeio" dos Dinossauros na Lourinhã

**De manhã** - Observação de pegadas de dinossauros do Jurássico Superior. Algumas inferências de ordem biológica e comportamental.

**De tarde** - No Museu da Lourinhã

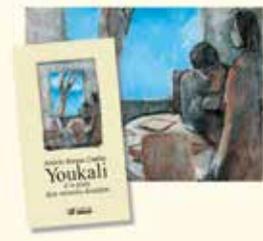
### Exposições

O acervo do Museu da Lourinhã possui um grande número de peças que podem ser agrupadas em três áreas de coleção. Estas estão representadas nas exposições permanentes de Arqueologia, Etnografia e Paleontologia.

<http://www.museulourinha.org/>



**ESPAÇO**  
António Borges Coelho  
(Galeria SPGL)



● **YOUKALI, É O PAÍS DOS NOSSOS DESEJOS**  
**De António Borges Coelho**

Borges Coelho escolheu o espaço que leva o seu nome na sede do seu sindicato – o SPGL – para apresentar a nova edição do seu

romance "Youkali, é o país dos nossos desejos". Trata-se de uma edição mais popular, sem os enriquecimentos que os desenhos de Rogério Ribeiro e os elaborados e importantes textos de Paulo Sucena e Baptista Bastos emprestaram à primeira edição desta obra. Rui A. Pereira assume a responsabilidade do *design* gráfico nas duas edições. Vitor Viçoso, da Faculdade de Letras de Lisboa, fez a apresentação da obra, enquadrando a narrativa romanesca e a dimensão política – incluindo a sua atualidade - do texto de Borges Coelho.

● **UM DIA...**



**O DIA NÃO SE REPETE**  
**De Ana Paula Timóteo e Susana Matos**

A dirigente do SPGL Ana Paula Timóteo fez no espaço ABC o lançamento desta sua obra que ela própria descreve como "contos breves, muitas histórias". Desses contos diz o jornal "i" que são "impregnados de sensibilidade e de

subtis reflexões filosóficas" e que "nos propõem um novo olhar sobre o mundo". A obra, ilustrada por Susana Matos, foi apresentada por João Lima que sobre ela escreve: "(...) para este livro é preciso um tempo de descanso. De repouso. De sossego. De ler em pausa..."



● **Apresentação do livro: CGTP-IN 43**

No dia 25 de novembro foi apresentado o livro "CGTP-IN 43 anos a Construir a Igualdade entre

*Mulheres e Homens (1970-2013)*" no Espaço ABC.

A apresentação esteve a cargo de Maria José Maurício, da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH) da CGTP.

Da sua intervenção destacamos a caracterização que fez da obra e do importante contributo que, nesta área os professores e os seus sindicatos deram:

"Um livro que é uma síntese histórica de um projeto sindical Intersindical/CGTP-IN, na luta das mulheres trabalhadoras pela conquista dos seus direitos laborais e sociais, através do Movimento Sindical Unitário (MSU) e da sua organização sindical específica, com o empenho dos quadros e ativistas sindicais, mulheres e homens, na construção da igualdade, como um direito fundamental da democracia.(...) Seja, sobretudo, o testemunho da luta sindical da FENPROF, dos Sindicatos dos Professores, da CGTP-IN e do MSU, como contributo para a história da Educação em Portugal, que também se escreve no feminino, e onde as professoras e os professores sindicalistas têm um lugar proeminente na construção da igualdade, para uma escola democrática, inclusiva e de garante da igualdade de oportunidades para todos, sem exceção, uma das maiores conquistas da Revolução de Abril de 1974."



● **RASGOS DE VIDA E MORTE**

A vida e a morte, o seu profundo entrelaçar, dão unidade ao conjunto de quadros que Eduardo Santos Neves e Rui A. Pereira apresentam até dia 5 de janeiro próximo no

Espaço ABC, na sede do SPGL. Quadros que, no entender de Roberto Santandreu, nos remetem até Goya e ao expressionismo alemão de 1920 e através dos quais os autores "comunicam entre si" (...) "e partilham o mais íntimo das suas angústias, temores e vivências relativas à sociedade actual" – afirma o mesmo Roberto Santandreu.

● **Guilherme Parente apresentará algumas das suas aquarelas no Espaço ABC entre 14 de janeiro e 16 de fevereiro de 2015.**

## Legislação

- **Despacho Normativo n.º 13-A/2014, de 1/10**  
Aprova a primeira alteração ao Regulamento do Programa Retomar.
- **Despacho n.º 12236/2014, de 03/10**  
Altera o Anexo VI do Despacho n.º 8651/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 126, de 3 de julho - Calendário de Provas Finais do 3.º Ciclo do Ensino Básico.
- **Despacho n.º 12400/2014, de 08/10**  
Determina o apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2014/2015.
- **Despacho n.º 12443/2014, de 09/10**  
Altera a redação dos artigos 4.º, 7.º, 9.º e 11.º do Regulamento do Prémio de Escola, aprovado pelo Despacho n.º 13346/2012 de 1 de outubro.
- **Recomendação n.º 2/2014, de 09/10**  
Recomendação sobre os cursos técnicos superiores profissionais.
- **Recomendação n.º 3/2014, de 10/10**  
Recomendação sobre o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo Não Superior.
- **Portaria n.º 879/2014, de 16/10**  
Autoriza a Direção-Geral da Administração Escolar a proceder à repartição de encargos relativos à celebração dos contratos de associação com os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.
- **Portaria n.º 219/2014, de 21/10**  
Vincula vários serviços do Ministério da Educação e Ciência à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa.
- **Despacho n.º 13143/2014, de 29/10**  
Delegação do poder disciplinar no diretor-geral dos Estabelecimentos Escolares.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2014, de 03/11**  
Constitui uma Comissão de Acompanhamento que visa acompanhar o procedimento de apuramento dos factos constitutivos do direito à compensação financeira dos docentes cuja colocação foi anulada no âmbito da bolsa de contratação de escola no ano letivo de 2014-2015.
- **Portaria n.º 920/2014, de 05/11**  
Autoriza os Agrupamentos a assumir os encargos plurianuais decorrentes da aquisição

- de serviços de transporte escolar dos alunos com necessidades educativas especiais durante o ano letivo 2014/2015.
- **Despacho n.º 13529/2014, de 07/11**  
Define os apoios financeiros para o ano de 2013-2014 previstos no protocolo de cooperação do pré-escolar entre os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas.
- **Despacho n.º 13530/2014, de 07/11**  
Define os apoios financeiros para o ano de 2013-2014 previstos no protocolo de cooperação do pré-escolar entre os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.
- **Despacho n.º 13584/2014, de 10/11**  
Aprovação do regulamento que define os procedimentos para o reconhecimento de títulos obtidos em países estrangeiros.
- **Portaria n.º 949-A/2014, de 11/11**  
Regulamenta o apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação e Ciência às Associações e Cooperativas de Ensino Especial sem fins lucrativos e às instituições Particulares de Solidariedade Social no âmbito dos contratos de cooperação, referentes ao ano letivo 2014-2015, a outorgar com as entidades que constam do anexo à presente Portaria de Extensão de Encargos que compreende subsídios para os encargos com os vencimentos do pessoal, bem como participação nas despesas de funcionamento subsídios para alimentação, transporte e material didático e escolar aos alunos.
- **Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14/11**  
Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social.
- **Despacho n.º 14052-A/2014, de 19/11**  
Define o calendário de realização da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, as condições e os valores a pagar pela inscrição, consulta e reapreciação da mesma, referentes ao ano escolar 2014-2015.
- **Aviso n.º 12960-A/2014, de 19/11**  
Abertura da realização da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades para o ano escolar

- de 2014/2015.
- **Regulamento n.º 523-A/2014, de 19/11**  
Regulamento interno da Comissão de Acompanhamento constituída para apurar os factos constitutivos do direito a compensação financeira dos docentes contratados no âmbito da bolsa de contratação de escola e que viram anulada a sua colocação.
- **Portaria n.º 978-A/2014, de 19/11**  
Apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação e Ciência às Associações e Cooperativas de Ensino Especial sem fins lucrativos e às Instituições Particulares de Solidariedade Social, no âmbito dos contratos de cooperação referentes ao ano letivo 2014/2015.
- **Portaria n.º 980-A/2014, de 20/11**  
Apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação e Ciência às Escolas Particulares de Educação Especial, no âmbito dos contratos de cooperação, referentes ao ano letivo 2013-2014.
- **Aviso n.º 13120/2014, de 26/11**  
Designa representante do Ministério das Finanças na Comissão de Acompanhamento do procedimento de apuramento dos factos constitutivos do direito à compensação financeira dos docentes.
- **Portaria n.º 993-A/2014, de 27/11**  
Compromissos plurianuais no âmbito dos Contratos de Patrocínio, referentes ao ano letivo anterior 2013/2014.
- **Despacho n.º 14335/2014, de 27/11**  
Determina a comunicação, pelos estabelecimentos de ensino superior privados, da informação acerca dos estudantes neles colocados, matriculados e inscritos no ano letivo de 2014-2015 através dos concursos institucionais.
- **Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12/12**  
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, determinando a introdução da disciplina de Inglês no currículo, como disciplina obrigatória a partir do 3.º ano de escolaridade, bem como à definição da habilitação profissional para lecionar Inglês no 1.º ciclo e à criação de um novo grupo de recrutamento.

## 2ª Visita orientada para professores e educadores



Foto retirada do Site do Museu Nacional de Arte Antiga

No âmbito do protocolo estabelecido entre o SPGL e o Museu Nacional de Arte Antiga – Serviço de Educação, realiza-se no próximo dia 22 de janeiro, 5ª feira, entre as 15h00 e as 17h00, a segunda visita orientada subordinada ao tema “**Arte, Expressão e Comunicação**”, especialmente dirigida aos sócios do SPGL.

Os interessados deverão inscrever-se até ao dia 16 de janeiro, devolvendo a ficha de inscrição devidamente preenchida para [spgl@spgl.pt](mailto:spgl@spgl.pt) ou para o fax 213819199.

A visita é gratuita mas limitada a 40 participantes.

**Ficha de Inscrição em [www.spgl.pt](http://www.spgl.pt)**

## Limite de Faltas por Doença

**A** escolha do tema em epígrafe para a presente rubrica do “Consultório Jurídico” decorreu da necessidade que os associados do SPGL têm vindo a manifestar na obtenção de esclarecimentos sobre o respetivo regime jurídico. Atualmente o enquadramento legal desta matéria encontra-se regulado pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho que aprovou a lei Geral do Trabalho em Funções públicas procedendo à revogação, entre outros diplomas legais, do DL nº 100/99, de 31 de março que o continha.

Assim, o artigo 25º da referida Lei vem dispor, tal como anteriormente, que as faltas por doença dos trabalhadores em funções públicas podem ser justificadas pela Junta Médica por períodos sucessivos de 30 dias, até ao **limite de 18 meses**. Por sua vez, o artigo 34º do mesmo diploma legal dispõe que, findo este prazo, **o trabalhador pode optar** por uma das seguintes situações:

- a)** Requerer no prazo de 30 dias, através do respetivo serviço, a apresentação à Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações, quando reúna as condições mínimas para aposentação;
- b)** Requerer a passagem à situação de licença sem remuneração.

Se optar pela **primeira situação**, o trabalhador é considerado na situação de faltas por doença até à decisão da Junta Médica. Contudo, se não requerer a sua apresentação a essa Junta Médica no prazo indicado, passa automaticamente à situação de licença sem remuneração. Caso reúna as condições para se apresentar à mesma Junta Médica, o serviço onde o trabalhador exerce funções **deverá notificá-lo** para retomar o serviço no dia imediato ao dessa notificação. Caso não o faça será também reencaminhado para a referida situação de licença sem vencimento. A

lei prevê ainda uma terceira circunstância em que o trabalhador pode, involuntariamente, passar para essa mesma situação. Isso verifica-se quando, tendo sido considerado apto pela Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações, volte a adoecer sem que tenha prestado mais de 30 dias de serviço consecutivo (em cujo computo não se incluem as férias).

É de salientar que, neste último caso, o legislador da Lei nº 35/2014 introduziu, no seu artigo 34º, nº 6, algumas exceções não previstas no revogado DL nº 100/99. Tais exceções verificam-se quando, no decurso do prazo de 30 dias consecutivos, ocorrer o seguinte:

- a)** O internamento do trabalhador;
- b)** A sujeição do mesmo a tratamento ambulatorio ou a verificação de doença grave, incapacitante, que seja confirmada por Junta Médica requerida pelo trabalhador.

As mencionadas exceções constituem medidas legislativas positivas na medida em que evitam que os trabalhadores se vejam obrigados a manter-se penosamente ao serviço, durante o período em questão, quando as suas condições de saúde não o permitam.

É de referir ainda que o supra referido quadro legal é apenas aplicável aos trabalhadores vinculados por tempo indeterminado. No que respeita aos trabalhadores com contrato a termo resolutivo (certo ou incerto), rege o artigo 32º, da Lei nº 35/2014 que determina que, no caso dos mesmos não se encontrarem em condições de regressarem ao serviço no fim do prazo de 18 meses de faltas por doença, é aplicável a supra citada situação prevista na alínea a) do seu artigo 34º, exceto se optarem pela rescisão do contrato. Quando ainda não reúnam os requisitos para aposentação, o contrato destes trabalhadores será rescindido. ■



ctt correios

TAXA PAGA  
PORTUGAL  
CONTINATO 87778

PUBLICAÇÕES  
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR  
EM INVÓLUCRO FECHADO  
DE PLÁSTICO OU PAPEL  
DE 000020014CE  
PODE ABRIR-SE PARA  
VERIFICAÇÃO POSTAL

# Debate

# Medicalização na Educação

15  
JANEIRO  
17H00

Auditório  
do SPGL

(Rua Fialho de Almeida, nº3 - Lisboa)

Design Gráfico: D. Pereira - Foto: André Góes - Fialho de Almeida SPGL 01.12.2014

SPGL . Rua Fialho de Almeida, nº 3  
1070 - 128 LISBOA



SPGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA